



# Ministra diz que Orçamento é plausível, após relatório do TCU

## Plano de saúde não pode recusar cliente por estar endividado

Página 6

## PF e ICMBio desativam garimpos ilegais no Pará

Página 3

### Lula assina acordo para criação de parque aeroespacial na Bahia

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou, na quinta-feira (18), um acordo de parceria com o estado da Bahia e com o Senai Cimatec visando a criação do Parque Tecnológico Aeroespacial da Bahia. Segundo o Planalto, o parque representa o ingresso do Brasil no mercado aeroespacial, setor que movimentou, em 2023, US\$ 807,7 bilhões, valor que poderá chegar a US\$ 1,4 trilhão até 2032.

Página 4

### Economia solidária é ferramenta na inclusão da população de rua



Foto: Jose Cruz/ABR

Página 6

### Justiça manda reativar serviço de aborto legal em hospital de São Paulo

A Justiça de São Paulo determinou que a prefeitura da capital paulista reative o serviço de aborto legal no Hospital Vila Nova Cachoeirinha, localizado na zona norte da cidade e considerado unidade de referência no procedimento. A decisão tomada na quarta-feira (17) atende a ação popular movida pela deputada federal Luciene Cavalcante (PSOL) e pelo vereador Celso Gi-

annazi (PSOL).

O município informou, em nota, que a Secretaria Municipal da Saúde (SMS) foi notificada pela Procuradoria-Geral do Município (PGM) sobre a liminar em questão e está à disposição da Justiça para prestar todos os esclarecimentos necessários. No entanto, a prefeitura não informou a data que pretende cumprir a decisão.

Página 2

### Revista em aeroportos constrange pessoas com deficiência

Página 5

## Esporte

# Ultrapassagens na Stock Car: confira os números da temporada de 2023

Gabriel Casagrande conquistou o bicampeonato da Stock Car Pro Series na esteira de uma campanha maiúscula e madura na temporada 2023. E além das três vitórias, duas poles, sete pódios, duas melhores voltas e três vezes como o melhor pontuador de uma etapa, o paranaense de 28 anos da A.Mattheis Vogel também fechou o último campeonato como o piloto que mais realizou ultrapassagens. Foram nada menos que 415 manobras no calendário, formado por 12 etapas, ou 24 corridas.

Assim como aconteceu nas últimas temporadas, o levantamento foi realizado a cada etapa de 2023 pela Audace Tech Racing Manager, sistema desenvolvido pela divisão de tecnologia da informação da Stock Car, e considera também as ultrapassagens realizadas durante os pit-stops.

Casagrande terminou 2023 com média de 17,29 ultrapassagens por corrida. O vice-líder no ranking é Felipe Massa, piloto da Lubrax Podium. Um dos grandes destaques da reta final do campeonato, com duas vitórias nas últimas quatro

corridas de 2023, Massa registrou 394 ultrapassagens, com a média de 16,41 por corrida. Denis Navarro, que acelerou no ano passado com a Cavaleiro, fechou a temporada em terceiro na lista, com um total de 391 manobras, ou 16,29 por corrida.

Em números que atestam a alta competitividade da principal categoria do automobilismo brasileiro, foram realizadas 10.098 ultrapassagens pelos 38 pilotos que disputaram ao menos uma das 24 corridas da última temporada. A média foi de 420,75 ultrapassagens por prova.



Foto: Duda Brito

Ranking de ultrapassagens na Stock Car em 2023 e média por corrida (top-10): 1º - Gabriel Casagrande, 415 (17,29); 2º - Felipe Massa, 394 (16,41); 3º - Denis Navarro, 391 (16,29); 4º - Cacá Bueno, 379 (15,79); 5º - Thiago Camilo, 375 (15,62); 6º - Rubens Barrichello, 368 (15,33); 7º - Átala Abreu, 363 (15,25); 8º - Felipe Baptista, 358 (14,91); 9º - Rafael Suzuki, 343 (14,29); 10º - Marcos Gomes, 341 (14,20).

**Marcante** ultrapassagem de Casagrande (#83) em Rafael Suzuki em Interlagos

# Rocky Mountain Games abre temporada 2024 com Treinão para Mulheres em Atibaia

A temporada 2024 já começou para a tribo do Rocky Mountain Games. A primeira etapa do circuito do maior festival de esportes e cultura de montanha do Brasil será nos dias 9 e 10 de março, em Atibaia. Mas as atletas já "aqueceram as turbinas" com o Treinão Feminino deste sábado (13), na Pedra Grande, em Atibaia.

Cerca de 70 mulheres se reuniram para os treinos de trail run e mountain bike. A programação começou às 7h30, no Quiosque do Pouso. Após um bate-papo e briefing geral, incluindo demonstração e sampling do gel de carboidrato Mombora, as atletas partiram para a corrida e pedal. No retorno, um café da manhã esperava as atletas, que tiveram a oportunidade de seguir trocando

experiências até às 12h.

O Mountain Bike contou com a parceria da Lulu Ciclismo (by Lili Perrenoud e Xanda Amadeo) e ocorreu no Atibaia Bike Park, que integra os dois percursos de mtb (25 km e 50 km) de prova do dia 10 de março. Depois de algumas dicas sobre como transpor raízes, fazer curvas e vencer outros obstáculos comuns no mountain bike, chegou a hora do grupo fazer a trilha de cerca de 4 km do Bike Park. O pedal teve a supervisão individualizada das instrutoras, trazendo mais confiança para todas as participantes. Depois, cada uma fez o percurso por conta própria, praticando as técnicas que apreenderam.

O Trail Run teve a parceria de dois coletivos femininos, o Trail Girls e o Elas na Trilha, que conduziram as mulheres pela trilha. Divididas em grupos, todas

se surpreenderam com a beleza da região e cumpriram seus objetivos pessoais. O percurso foi de 10 km (ida e volta), com altimetria de 680 metros, desenvolvido no ritmo perfeito para desafiar as corredoras.

"A chuva na noite anterior chegou a assustar. Mas durante o treino, o tempo ficou nublado e ajudou, deixando o clima bem agradável e a mulherada compareceu em peso. Com o Elas na Trilha e o Trail Girls puxando na corrida e a Lilian e a Xanda, do Lulu Ciclismo, no mountain bike, foi um dia inesquecível de troca e aprendizado! Esse tipo de troca entre as mulheres traz mais adeptas para os esportes de montanha e mais confiança e segurança para que se inscrevam em provas. Vamos fazer outros!", comentou Andrea Estevam, diretora executiva da Rocky Mountain Sports

Content. "Se o treino foi assim incrível, imagina a prova. A Pedra Grande mais uma vez se mostrou gigante, e nos deu a oportunidade de viver momentos maravilhosos nos seus caminhos", completou.

**Temporada 2024** - Todas as datas do Rocky Mountain Games estão definidas. Após a abertura - dias 9 e 10 de março, em Atibaia - duas etapas completam o circuito: Juquitiba (15 de junho) e Campos do Jordão (26 a 27 de outubro).

As inscrições para a etapa de Atibaia estão abertas e podem ser feitas diretamente no link <https://www.ticketsports.com.br/e/ROCKY+MOUNTAIN+GAMES+ETAPA+PEDRA+GRANDE+2024-37366>. Mais informações sobre as três etapas e inscrições estarão disponíveis no site oficial do Rocky Mountain Games: <https://rockymountaingames.com.br/>.

O Rocky Mountain Games 2024 traz novidades. O Circuito RMG será um ranking que soma os resultados das três etapas e define os campeões do ano. Mas vale ressaltar que só é válido para as modalidades e distâncias que se repetem em todas as etapas. As modalidades são Trail Run (nas distâncias 6km, 12 km, 21 km e 42 km), Canicross, Uphill, MTB 25 km e 50 km e Gravel. A etapa da Pedra Grande conta ainda com o Hike & Fly. Já o Desafio Rocky é uma combinação de Trail Run e Mountain Bike, com 12km de corrida e 25km de pedal.

**Esporte e Cultura** - Além dos esportes, o festival de montanha agrega cultura, gastronomia e muito lazer. Para curtir dias entre familiares e amigos, todas as etapas contam com shows e cinema ao ar livre. Tudo isso com food trucks e ativações dos

patrocinadores para satisfazer diferentes paladares.

**Acampamento Go Outside** - A criação não fica de fora da programação do Rocky Mountain Games. Destinado para meninos e meninas de 6 a 13 anos, o Acampamento Go Outside conta com atividades como trekking, leitura de mapas, bússola, slackline e muitas brincadeiras. "É uma oportunidade para as crianças vivenciarem esporte na natureza, com toda segurança oferecida pela nossa estrutura e monitores especializados. Tudo isso garante tranquilidade para pais e mães que participam das provas", completa Caco.

O Circuito Rocky Mountain Games é uma realização da Rocky Mountain Sports Content. Mais informações: <https://rockymountaingames.com.br/>

# SP bate recorde em vacinação de rebanhos contra febre aftosa e brucelose

O Governo de São Paulo obteve êxito nas últimas campanhas de vacinação para rebanhos pecuários, atingindo 100% de cobertura contra a febre aftosa e 99% contra a brucelose.

A imunização contra a febre aftosa, encerrada em novembro de 2023, atingiu cerca de 5 milhões de animais com até 24 meses de idade, de acordo com dados da Coordenadoria de Defesa Agropecuária, órgão vinculado à Secretaria de Agricultura e Abastecimento.

Agora, para manter a sanidade dos animais, o estado passa a adotar medidas alternativas à vacinação, como ações de cadastro e vigilância ativa, feitas em conjunto entre o poder público e o setor.

Em maio e novembro, por exemplo, os pecuaristas deverão fazer a declaração de seus rebanhos bovinos. Além disso, entre março e maio, a Defesa Agropecuária vai realizar um inquérito para atestar a ausência de circulação do vírus causador da febre aftosa.

A meta do Brasil é se tornar totalmente livre de febre aftosa até 2026, sem necessidade de vacinação. Diante disso, a partir de maio, o país deverá restringir a movimentação de animais e produtos entre os estados autorizados a suspender a vacinação, como São Paulo, e os demais estados que ainda estão com campanhas obrigatórias de imunização.

Para o reconhecimento de

zona livre da doença, a Organização Mundial de Saúde Animal exige a suspensão da vacinação por pelo menos 12 meses.

Outro bom desempenho do estado no segundo semestre do ano passado foi na vacinação contra a brucelose, quando 99% dos rebanhos foram imunizados, cerca de 369 mil animais. É a maior marca desde 2002, quando foi

iniciada a vacinação obrigatória contra a doença no estado.

Além da sanidade animal, a medida também é importante para a saúde pública, uma vez que a brucelose é uma zoonose que pode atingir pessoas com contato direto com animais doentes ou que consomem leite cru e seus derivados.

A vacinação contra a enfer-

midade é feita somente nas fêmeas bovinas e bubalinas de três a oito meses de idade. A doença se manifesta por meio do abortamento no terço final da gestação, do aumento do intervalo entre partos e da queda da taxa de natalidade, o que acarreta em diminuição na produção de carne e leite.

A primeira etapa da vacina-

ção contra a Brucelose em 2024 já está em andamento e vai até o dia 31 de maio. Após a aplicação, o produtor recebe um atestado para fazer a declaração de imunização junto à Defesa Agropecuária. A relação dos profissionais cadastrados para realizar a vacinação está disponível no site [defesa.agricultura.sp.gov.br/credenciados](https://defesa.agricultura.sp.gov.br/credenciados).

## Justiça manda reativar serviço de aborto legal em hospital de SP

A Justiça de São Paulo determinou que a prefeitura da capital paulista reative o serviço de aborto legal no Hospital Vila Nova Cachoeirinha, localizada na zona norte da cidade e considerado unidade de referência no procedimento. A decisão tomada na quarta-feira (17) atende a ação popular movida pela deputada federal Luciene Cavalcante (PSOL) e pelo vereador Celso Giannazi (PSOL).

O município informou, em nota, que a Secretaria Municipal da Saúde (SMS) foi notificada pela Procuradoria-Geral do Município (PGM) sobre a liminar em questão e está à disposição da Justiça para prestar todos os esclarecimentos necessários. No entanto, a prefeitura não informou a data que pretende cumprir a decisão.

O juiz Adler Batista Oliveira Nobre determinou ainda que a prefeitura promova "busca ativa para que todas as pacientes que tive-

ram o procedimento cancelado sejam atendidas com brevidade".

Como alternativa à reativação do serviço no Hospital Vila Nova Cachoeirinha, o juiz deu a opção de que a prefeitura encaminhe para outras unidades tanto novas pacientes como aquelas que tiveram o aborto legal cancelado, sem limitação de idade gestacional e sem encarregar a própria paciente de providenciar o agendamento.

O município tem cinco dias

para informar qual opção será adotada. Em caso de descumprimento, a multa diária foi fixada em R\$ 50 mil.

Segundo a prefeitura, a suspensão do procedimento em dezembro do ano passado foi uma "reorganização" com objetivo de realizar no local mutirões de cirurgia, como de endometriose e histerectomia, e outros procedimentos envolvendo a saúde da mulher a fim de atender à demanda necessária. (Agência Brasil)

## Helicóptero que caiu em Paraibuna bateu em vegetação antes da queda

Relatório preliminar divulgado na quinta-feira (18) pelo Centro de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos (Cenipa) mostra que o helicóptero que caiu em Paraibuna, no Vale do Paraíba, interior paulista, colidiu com a vegetação em área de mata do município. A aeronave saiu do Campo de Marte, por volta das 13h15 do dia 31 de dezembro, com destino a Ilhabela, com um piloto e três passageiros.

No dia 12 de janeiro, a Polícia Militar avistou os destroços no meio da mata e iniciou o resgate. Os quatro ocupantes morreram. Eram eles o piloto Cassiano Tete Teodoro, de 44 anos; Luciana Rodzewics, de 45 anos; a filha

dela, Letícia Ayumi Rodzewics Sakumoto, de 20 anos; e Rafael Torres, um amigo da família que fez o convite para o passeio.

As buscas estavam sendo feitas pela Força Aérea Brasileira, Polícia Militar, Polícia Civil e o Corpo de Bombeiros de São Paulo. Durante as buscas, as equipes sobrevoaram a região da Serra do Mar, entre o litoral norte e o Vale do Paraíba, principalmente sobre as cidades de Paraibuna, Natividade da Serra, Redenção da Serra, Saleópolis e Caraguatatuba.

O aparelho foi localizado pelo Águia 24, da Polícia Militar, depois de um trabalho de inteligência que delimitou área de 12 quilômetros quadrados a partir de

informações de antenas de telefonia que captaram o sinal dos quatro telefones celulares dos ocupantes. A partir disso, foram traçados quadrantes para facilitar as buscas e o sobrevoo da área. Ao encontrar os destroços, outro helicóptero da PM decolou com equipes de resgate capazes de descer de rapel na região e caminhar até o ponto exato onde estava a aeronave.

Segundo a FAB, a conclusão das investigações ocorrerá no menor prazo possível, dependendo da complexidade e da necessidade de descobrir os possíveis fatores contribuintes. "A FAB esclarece que, conforme a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986

- Código Brasileiro de Aeronáutica (CBA), Art. 88-Q, a retirada de destroços em ocorrências aeronáuticas é de responsabilidade do explorador da aeronave", diz a FAB em nota.

Ainda segundo a FAB, em breve a ocorrência poderá ser acompanhada por meio do Painel Sipaer, disponível para acesso no site do Cenipa, ou por meio link <https://painelsipaer.cenipa.fab.mil.br/>. O Cenipa tem o objetivo de investigar as ocorrências aeronáuticas para prevenir que novos acidentes com características semelhantes ocorram. Quando concluída a investigação, o relatório final será publicado no site do Cenipa. (Agência Brasil)

## Mais de 146 mil objetos foram esquecidos nos transportes metropolitanos em 2023

Quase 147 mil itens foram encaminhados no ano de 2023 para as Centrais de Achados e Perdidos (CAPs) das empresas ligadas à Secretaria dos Transportes Metropolitanos (STM).

Os itens campeões mais encontrados nos CAPs foram documentos como cartões, RGs e bilhetes de transportes. Alguns pertencentes inusitados também foram encontrados, como por exemplo: muleta, lavatório, malas de viagem, carrinhos de bebê e de supermercado, objetos sexuais e até pandeiro.

Em 2023, a Central de Achados e Perdidos da CPTM registrou 68.035 itens esquecidos por passageiros e foram devolvidos 21.452 para seus donos. A busca ativa da CPTM – tarefa investi-

gativa envolve cruzamento de informações, por meio de sites e bancos de dados diversos, visando à identificação de um possível contato do proprietário – foi responsável pela devolução de 10.146 (ou 47,3%). A equipe realiza uma pesquisa minuciosa a partir de indícios nem sempre evidentes. A busca ativa passa por etapas de procura em cadastro de usuário da CPTM e outros sistemas de transporte, além de consultas ao Diário Oficial, contato com organizações, instituições e pessoas que podem servir de intermediários.

No Metrô, ao longo de todo o ano passado, foram 75.050 objetos recolhidos. A Central de Achados e Perdidos do Metrô (CAP) cuida dos itens encontra-

dos nas Linhas 1-Azul, 2-Verde, 3-Vermelha, 4-Amarela (operada pela ViaQuatro) e 15-Prata. Do total de itens perdidos pelos passageiros este ano, 22.558 foram devolvidos.

As centrais das concessionárias gerenciadas pela EMTU receberam aproximadamente 3.612 objetos e 250 itens foram retirados pelos passageiros.

Os documentos ficam guardados por 60 dias nas centrais do Metrô e da CPTM e por 90 dias na central do Terminal Metropolitano Prefeito Magalhães Teixeira (Campinas), na central do Corredor Metropolitano ABD (São Mateus-Jabaquara) e na central dos ônibus e VLT da Baixada Santista. Depois desse prazo, são entregues ao órgão emi-

sor. Outros objetos são armazenados durante o mesmo tempo antes de serem doados a instituições ou para o Fundo Social de Solidariedade do Estado de São Paulo (FUSSP).

Para as linhas metropolitanas que não operam no Corredor ABD, os passageiros devem entrar em contato diretamente com a empresa operadora.

Para evitar a perda de objetos e documentos, os passageiros devem ficar atentos aos itens que estão sendo transportados e checar se estão com todos os seus pertences antes do desembarque. É importante também que os itens tenham sempre algum tipo de identificação, o que facilita a localização do proprietário e a devolução.

## Fim de semana em SP tem Circo e programação especial de férias nos museus

A dica para este fim de semana vai para quem gosta de circo. No Mundo do Circo SP, no Parque da Juventude na Zona Norte de São Paulo, pais e filhos poderão assistir aos espetáculos gratuitos no sábado e no domingo. A interação com o público promete muita diversão para toda a família. Os ingressos são distribuídos 1 hora antes de cada espetáculo, que começam às 17h.

Em Itaquera, a Oficina Cultural Alfredo Volpi convida o

público a aproveitar o período de férias para aprender novas linguagens artísticas. A partir de sábado, começa a Oficina de Circo para Crianças que mostrará os princípios básicos da acrobacia. As aulas serão realizadas todos os sábados até 24 de fevereiro.

Na Fábrica de Cultura Capão Redondo, a criançada poderá brincar com jogos do mundo inteiro em comemoração ao aniversário de São Paulo. A atração acontece no sábado, a par-

tir das 14h. A Caravana Lúdica apresenta ao público jogos de diferentes épocas e países.

Lembrando que os museus de São Paulo continuam com uma programação especial de férias, como Museu do Futebol com uma série de brincadeiras gratuitas para toda família na Praça Charles Miller e o Museu da Língua Portuguesa com uma programação voltada para o público de todas as idades.

No interior, em Tupã, o Mu-

seu Índia Vanuíre, oferece atividades que promovem o acesso à arte e à cultura de forma lúdica e interativa. Todas as atividades são gratuitas.

E anota na agenda! Para semana que vem, os equipamentos culturais de São Paulo terão uma programação especial para comemorar o aniversário da capital paulista. Você fica por dentro de todas essas atividades pelo Portal do Governo de São Paulo e pelas redes sociais.

CESAR NETO

www.cesarneto.com



### CÂMARA (São Paulo)

Histórias dos 470 anos da cidade : o jornalista Aldo Rebelo foi vereador (PC do B) 1989-1990 com Erundina (PT) prefeita. Após carreira na Câmara Deputados, ele bate de frente com esquerdas tipo PSOL do Boulos. Apoia o prefeito Nunes (MDB)

### PREFEITURA (São Paulo)

Histórias dos 470 anos da cidade : quem se lembra do deputado (ALESP) Artur Alves Pinto (7 mandatos consecutivos na ALESP) ? Ele foi vice-prefeito do Jânio (1986 - 1988). Foi um dos grandes profissionais (Séculos 20 e 21) da política de São Paulo

### ASSEMBLEIA (SP)

Histórias dos 470 anos da cidade de São Paulo : Carlos Apolinário foi o 1º cristão protestante e pastor - via Assembleia de Deus (Madureira) - a presidir a Casa (1991 - 1993). Causou polêmicas pelas manchetes via imprensa diária daquela época

### GOVERNO (SP)

Histórias dos 470 anos da cidade de São Paulo : apoiador oficial da reeleição do prefeito Nunes (MDB), o governador Tarcísio (Republicanos) se acerta também com o vereador Milton Leite (União) sobre o tipo de privatização da Sabesp na capital

### CONGRESSO (Brasil)

Histórias dos 470 anos da cidade de São Paulo : pra quem teve que provar [TRE-SP] que não era analfabeto, o deputado 'Tiririca' deu lição pra muito doutor sem voto. Embora a votação de + de 1 milhão de votos tenha caído, está no 4º mandato

### PRESIDÊNCIA (Brasil)

Histórias dos 470 anos da cidade de São Paulo : saída do Alckmin do PSDB, pra ser vice do Lulismo (PT) em 2022, fez implodir o partido do Fernando Henrique Cardoso. FHC foi o 1º e o único presidente pela sigla que ajudou a fundar em 1988

### PARTIDOS (Brasil)

Histórias dos 470 anos da cidade de São Paulo : João Doria (PSDB liberal de centro) segue lamentando não ter feito o caminho do Janismo (prefeito de São Paulo, governador de São Paulo e Presidência do Brasil). O partido não é sombra do que foi

### JUSTIÇAS (Brasil)

Histórias dos 470 anos da cidade de São Paulo : Alexandre (Supremo) reconhece o valor da ala profissional - acima dos 'ismos' - do PL, que não questionam as posturas do paulistano da gema. No dia 25 janeiro vão dividir os mesmos palanques

### ANO 32

Jornalista Cesar Neto publica coluna de política - cesarneto.com - desde 1993. Recebeu Medalha Anchieta (Câmara São Paulo) e Colar Honra ao Mérito (Assembleia Estado São Paulo), por se tornar referência das Liberdades Concedidas por DEUS

cesar@cesarneto.com

## Jornal O DIA S. Paulo

### Administração e Redação

Matriz:  
Rua Carlos Comenale, 263  
3º andar  
CEP: 01332-030  
Fone: 3258-1822  
Filial: Curitiba/PR

Jornalista Responsável  
Maria Augusta V. Ferreira  
Mtb. 19.548

### Assinatura on-line

Mensal: R\$ 20,00  
Agência Brasil - EBC

Publicidade Legal  
Atas, Balanços e Convocações  
Fone: 3258-1822

Periodicidade: Diária  
Exemplar do dia: R\$ 3,50

A opinião de nossos colaboradores não representa necessariamente nossa opinião

E-mail: contato@jornalodiasp.com.br  
Site: www.jornalodiasp.com.br

Lembre sempre de lavar as mãos

# Tebet diz que Orçamento é plausível, após relatório do TCU

As projeções de receita inseridas no Orçamento de 2024 são plausíveis e razoáveis, disse na quinta-feira (19) a ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet. Ela respondeu a um relatório do Tribunal de Contas da União (TCU), que apontou receitas superestimadas e um possível déficit primário de até R\$ 55,3 bilhões neste ano.

“O Ministério do Planejamento e Orçamento recebe do Ministério da Fazenda as receitas previstas. Nós checamos, entendemos que era razoável aquilo que foi apresentado e constou no Orçamento. Então agora é hora, neste ano, de executar o Orçamento à luz da estimativa que fizemos do crescimento do país e, obviamente, consequentemente,

do crescimento da receita. O Ministério do Orçamento checkou, uma a uma, as receitas apresentadas pelo Ministério da Fazenda e vimos que era plausível e, portanto, colocamos no orçamento”, disse Tebet, ao chegar ao Palácio do Planalto.

Aprovado pelo plenário do TCU na quarta-feira (17), o relatório questionou a metodologia do Poder Executivo para estimar cada uma das receitas. Segundo o documento, a estimativa de receita primária líquida (arrecadação da União, menos os repasses a estados e municípios) de 19,2% do Produto Interno Bruto (PIB, soma dos bens e serviços produzidos) é bastante superior ao observado nos anos recentes, o que indica que as receitas po-

dem ter sido superestimadas.

Para o TCU, não há a garantia de que as receitas alcançaram esse nível, mesmo com o Congresso tendo aprovado as principais medidas para aumentar a arrecadação. “A metodologia utilizada pelo Poder Executivo para estimar cada uma das novas receitas não foi apresentada no PLOA [Projeto de Lei Orçamentária Anual], remanescendo dúvidas quanto à real capacidade arrecadatória das inovações legislativas”, destacou o relatório.

Segundo a ministra do Planejamento, o TCU exerce as atividades de fiscalização e de controle prévio em parceria com o Poder Executivo, fazendo análises teóricas sobre as contas públicas. Tebet ressaltou que ainda

não houve tempo de fazer um balanço das medidas enviadas e aprovadas pelo Congresso. Ela ressaltou que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva pode vetar postos do Orçamento, cuja sanção deve sair na próxima semana.

“Agora é a hora de fazer um levantamento de todas as medidas que foram aprovadas pelo Congresso Nacional, enviadas pelo Executivo. Nós sabemos que não foram aprovadas na inteireza, da forma como nós queremos, mas isso faz parte da democracia. Essa é a beleza da democracia. O Congresso tem a liberdade de fazer as alterações que entendem nos projetos de iniciativa do Executivo para fazer um levantamento uma por uma das medidas,

quais são as receitas que nós efetivamente vamos conseguir levantar”, declarou Tebet.

## Déficit zero

Enviado ao Congresso em 31 de agosto e aprovado em dezembro, o Orçamento de 2024 estebece a redução a zero do déficit primário neste ano, embora o TCU aponte a possibilidade de que o déficit primário chegue a R\$ 55,3 bilhões em 2024. O déficit primário representa o resultado das contas do governo sem os juros da dívida pública.

Para alcançar esse resultado, o governo, segundo a própria equipe econômica, precisa de R\$ 168 bilhões extras em receitas em 2024. Ao longo do ano passado, o governo conseguiu a aprova-

ção de diversas medidas, como a retomada do voto de desempate do governo no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf), a taxação de fundos exclusivos e de offshores e a limitação da dedução de ajudas financeiras de estados no Imposto de Renda das empresas.

Apesar das aprovações, o Congresso desidratou diversas medidas. Além disso, impôs uma derrota ao governo ao derrubar o veto à prorrogação da desoneração da folha de pagamento, o que pode reduzir a arrecadação em R\$ 16 bilhões. O governo calcula perda de outros R\$ 16 bilhões com o programa que ajuda o setor de eventos, afetado pela pandemia de covid-19. (Agência Brasil)

## Impacto do clima na safra 2023/24 exige ajuste de preços para garantir renda ao agricultor

As constantes mudanças climáticas que têm marcado a safra de grãos 2023/24 no Brasil, e particularmente no Paraná, apontam para uma grande frustração na produção. Para discutir a situação, o Sistema Ocepar convocou na quinta-feira (18) uma reunião com o secretário da Agricultura e do Abastecimento do Paraná, Norberto Ortigara, que falou sobre a necessidade de transparência nos números para que o mercado ajuste os preços e garanta renda aos produtores.

“O ano de 2023 foi de recuperação, de um belo reposicionamento da produção paranaense e brasileira, com mais de 33% de acréscimo ao parcialmento frustrado ano de 2022”, disse Ortigara. “Mas 2024 começou desafiador para todo mundo”.

A atual safra sentiu problemas com as chuvas fortes de outubro e novembro de 2023. No entanto, as maiores dificuldades passaram a ser sentidas a partir de meados de dezembro, com estiagem e altas temperaturas. “Estamos em alto risco e ainda não está refletindo no mercado”, disse Ortigara. “Precisamos dar uma posição absolutamente clara e transparente aos mercados do mundo do tamanho do estrago na produção”.

A principal cultura do atual período é a soja. Nacionalmente, a última previsão da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), divulgada em 10 de janeiro, é de 155,3 milhões de toneladas,

redução de 4,2% em relação às 162 milhões de toneladas das primeiras projeções. “Mas possivelmente a safra tende a ser abaixo de 150 milhões de toneladas”, destacou Ortigara. “O quadro é absolutamente estressado climaticamente falando”.

No Paraná, o Departamento de Economia Rural (Deral) deve divulgar a nova estimativa na próxima quinta-feira (25). No último levantamento, de 18 de dezembro, que não refletiu as perdas pela falta de chuva e temperaturas elevadas, a soja aparecia com 21,7 milhões de toneladas, uma redução de 0,9% em relação à projeção inicial de 21,9 milhões.

“Poderá se situar abaixo de 20 milhões”, avaliou o chefe do Departamento de Economia Rural (Deral), da Seab, Marcelo Garrido. Pelo último relatório da situação da cultura no Estado, divulgado em 15 de janeiro, o Deral observou que 97% dos 5,8 milhões de hectares plantados ainda estavam no campo. Desse total, apenas 64% estavam classificados como em boas condições.

“Já há perdas consolidadas. O mercado está apreensivo, mas precisamos ter cautela, porque isso influencia no preço”, ponderou o técnico. “Nossas equipes estão a campo para os levantamentos e para divulgar as projeções de forma correta”.

O presidente do Sistema Ocepar, José Roberto Ricken, destacou a importância do encontro,

que reuniu aproximadamente 170 pessoas para uma interação entre as entidades. “Isso é muito importante para que a gente tenha a melhor informação possível, que traga uma segurança para o mercado e que os preços se ajustem”, afirmou.

O secretário de Política Agrícola do Ministério da Agricultura e Pecuária, Neri Geller, disse que grandes desafios têm se colocado para a agropecuária brasileira. “Queremos um trabalho de diálogo e conversa com o setor para trazê-los de volta dentro do Ministério da Agricultura”, propôs.

Ele destacou que a pasta tem interesse em avançar na construção de armazéns, no fortalecimento de recursos de custeio e crédito, além de aquecer a aquisição de máquinas, com taxas de juros mais atrativas. “Temos que consolidar a garantia de preço mínimo e não vamos abrir mão de reorganizar o seguro agrícola e remodelar o Proagro”, destacou.

O evento contou também com explanação do meteorologista Luiz Renato Lazinski e de Ettore Baroni, da StoneX Brasil, que falou sobre mercado e preços. A questão da produção mundial de soja para a safra 2023/24 também é assunto analisado no Boletim de Conjuntura Agropecuária referente à semana de 12 a 18 de janeiro. O documento do Deral aponta que, mesmo registrada perda significativa, isso não refletirá de forma crítica na dis-

ponibilidade da oleaginosa, além de os preços continuarem nos mesmos níveis. Na América do Sul, os principais produtores são Brasil, Argentina e Paraguai, representando aproximadamente 55% da produção mundial de soja, sendo o Brasil o maior produtor mundial.

O boletim também aborda outras culturas. Uma delas é o limão. Os limões – principalmente o Taiti e o Rosa/Cravo – proporcionaram 34,2 mil toneladas de frutos, girando uma massa financeira de R\$ 55,5 milhões na produção de frutas do Paraná em 2022. Considerando a geração de um Valor Bruto da Produção de R\$ 2,5 bilhões na fruticultura, os limões representam a décima fruta em movimentação de capital. O Núcleo Regional de Umuarama participa com 81,4% do VBP do setor mesmo respondendo por 59,4% da área.

Em relação ao trigo, o boletim informa que as importações nacionais reduziram em 27% em 2023. O número é referente à queda de volume de 5,7 milhões em 2022 para 4,2 milhões no ano que se encerrou, conforme dados do MDIC. A diminuição era esperada, em função da combinação de uma boa safra brasileira em 2022 com a baixa disponibilidade de trigo argentino resultante da seca. Para 2024 a expectativa é que as importações retomem o fluxo de 2022, em função da recuperação da safra da Argentina. (Agência Brasil)

## TCU esclarece que não decidiu sobre isenção a líderes religiosos

O Tribunal de Contas da União (TCU) esclareceu que não determinou a suspensão da isenção tributária a líderes religiosos. Em nota, o órgão informou que o processo está sob análise do ministro Aroldo Cedraz, ainda sem decisão final.

O comunicado informou que o Ministério Público junto ao TCU (MPTCU) fez representação aos ministros do órgão para avaliar se o ato declaratório de 29 de julho de 2022 era legal e legítimo. Na ocasião, o então secretário especial da Receita Federal, Julio Cesar Vieira, ampliou a isenção tributária a templos religiosos ao salário de pastores e ministros religiosos.

“O processo trata de representação do MPTCU para avaliar a legalidade e legitimidade da ampliação de isenção de impostos para remuneração recebida por pastores conferida pela referida norma, diante de possível desvio de finalidade e ausência de motivação”, esclareceu o TCU.

O comunicado reiterou que qualquer manifestação formal do órgão sai apenas quando ministros tomam decisões solitariamente ou em plenário. “O

TCU se manifesta apenas por meio de seus acórdãos ou por decisões monocráticas dos seus ministros”, destacou.

Na quarta-feira (18), a Receita Federal suspendeu a imunidade tributária sobre salários de líderes religiosos, como pastores e ministros de igrejas evangélicas. Assinado pelo secretário da Receita Federal, Robinson Barreirinhas, o ato declaratório reverteu o benefício concedido pelo ex-secretário especial do órgão Julio Cesar Vieira Gomes, pouco antes do início da campanha eleitoral de 2022.

O ex-secretário especial Julio Cesar foi exonerado da Receita Federal em junho do ano passado, após vir à tona o envolvimento dele no caso da liberação de joias dadas de presente por governos estrangeiros ao ex-presidente Jair Bolsonaro.

Quando comandava o órgão, Julio Cesar assinou o despacho que pedia aos auditores da Receita, no Aeroporto de Guarulhos, que entregassem um conjunto de joias presenteadas pelo governo da Arábia Saudita ao ex-presidente em 2022. A defesa de Bolsonaro nega qualquer irregularidade. (Agência Brasil)

## Caso Braskem: mais de mil processos tramitam na Justiça alagoana

O Tribunal de Justiça de Alagoas possui abertos atualmente 1.099 processos relativos ao caso Braskem, que levou ao isolamento total de cinco bairros de Maceió, obrigando cerca de 60 mil pessoas a abandonarem suas casas.

Uma área equivalente a 20% da zona urbana da capital alagoana foi afetada pela instabilidade do solo provocada pela mineração de sal-gema pela empresa Braskem. Uma das minas, no bairro de Mutange, se rompeu em dezembro.

Os dados foram apresentados pelo presidente do TJAL, desembargador Fernando Tourinho, a representantes do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que chegaram na quarta-feira (17) à capital alagoana para inspecionar a tramitação do caso Braskem.

Ainda segundo as informações divulgadas pelo CNJ, para-

lamente, mais de 18 mil acordos entre pessoas atingidas e a empresa foram homologados pela 3ª Vara Federal de Maceió, uma das responsáveis pelo caso.

Apesar disso, “entre as vítimas das consequências do afundamento do solo na capital alagoana, há queixas a respeito do valor pago pela indenização dos imóveis e também pelos danos morais”, disse o CNJ, em nota.

Além de Tourinho, a comitiva do CNJ se reuniu com o governador de Alagoas, Paulo Dantas. Dos encontros, o órgão informou ter ficado estipulado um plano operacional para reforçar as equipes da Justiça Federal de Alagoas, onde também tramitam processos sobre o caso Braskem.

Ao CNJ, a Secretaria da Fazenda de Alagoas também apresentou cálculos segundo os quais os prejuízos causados ao

estado podem chegar a R\$ 30 bilhões, cifra que já havia sido divulgada em dezembro.

Na quinta-feira (18), estão previstos encontros com o presidente da Assembleia Legislativa de Alagoas e o defensor público geral do estado, Carlos Eduardo de Paula Monteiro.

“Estamos aqui para identificar, ouvir e saber de que forma podemos ajudar para que os processos tramitem com eficiência e para que a população atingida possa ter respostas no tempo adequado”, destacou a secretária-geral do CNJ, Adriana Cruz.

A comitiva do CNJ inclui também o corregedor Nacional de Justiça, ministro do STJ Luis Felipe Salomão, e integrantes do Observatório de Causas de Grande Repercussão, mantido em conjunto pelo CNJ e pelo Conselho Nacional do Ministério Pú-

blico (CNMP). Em dezembro, o caso Braskem recebeu nível de atenção de grau 3 pelo colegiado, o que prevê o acompanhamento contínuo junto às autoridades competentes.

Por meio de sua assessoria, a empresa Braskem apresentou número que disse ser mais preciso, segundo o qual 40 mil pessoas precisaram sair dos cinco bairros afetados. Essa é a contagem dos membros das famílias que aderiram ao Plano de Compensação Financeira proposto, diz a companhia. O número de 60 mil é uma estimativa utilizada por autoridades baseadas em critérios do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), alega a empresa.

A Braskem acrescentou ainda que a área isolada corresponde a 2,5% do município de Maceió, de acordo com dados da prefeitura. (Agência Brasil)

## Concurso unificado tem 1.000 vagas para qualquer área de conhecimento

O Bloco 7 do Concurso Nacional Unificado, que trata das carreiras voltadas para a Gestão Governamental e Administração Pública, está oferecendo 1.748 oportunidades em 14 órgãos públicos federais, sendo 1.000 vagas destinadas para pessoas de qualquer área de conhecimento. Essas lotações estão na Advocacia-Geral da União (AGU), no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incrá), no Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) e na Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc).

Também estão nesse grupo os ministérios da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI); da Agricultura e Pecuária (Mapa); da Cultura (MinC); da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI); da Justiça e Segurança (MJSP); do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) e do Planejamento e Orçamento (MPO).

Comunicadores têm chance de tentar uma das dez vagas no MGI, em Brasília, para trabalhar 40 horas semanais com salário inicial de R\$ 5.488,70; 15 vagas no MCTI, com salário inicial de R\$ 6.662,68, para 40 horas semanais, em Brasília, no Rio de Janeiro, em São José dos Campos (SP), Campinas (SP), Santa Teresa (ES), Cuiabá, Recife, Campina Grande, Manaus e Belém; oito vagas no Incra, com salário de R\$ 5.212,29, para 40 horas semanais, em Rio Branco, Manaus, Macapá, Brasília, Santa-

rém, Natal e Palmas.

Também há dez vagas para formados em Comunicação Social na Funai, para Brasília e Rio de Janeiro, com salário de R\$ 6.499,57, com jornada de trabalho de 40 horas semanais; 28 vagas no IBGE, com salário inicial de R\$ 8.453,00, para 40 horas semanais. A lotação pode ser em Rio Branco, Maceió, Manaus, Macapá, Salvador, Brasília, Vitória, São Luís, Belo Horizonte, Belém, Curitiba, Rio de Janeiro, Natal, Porto Velho, Florianópolis, Aracaju, São Paulo; e nove vagas na AGU, com salário de R\$ 6.761,72 para 25 horas semanais, em todo país.

Nesse Bloco 7 há também vagas para as especialidades de Arquivologia, Administração, Contabilidade, Biblioteconomia, História, Produção Audiovisual e Publicidade e Propaganda, Letras e Políticas Públicas de Ciência, Tecnologia e Inovação.

O candidato poderá concorrer a todos os cargos dentro do mesmo bloco temático. As inscrições começam no próximo dia 19 e vão até 6 de fevereiro, e serão feitas exclusivamente pelo Portal Gov.br. As taxas custam R\$ 60 para o nível médio e R\$ 90 para o nível superior. Estão isentos de pagar a taxa os inscritos no CadÚnico; doadores de medula óssea; bolsistas ou ex-bolsistas do ProUni; bolsistas ou ex-bolsistas do Fies.

O edital com todos os detalhes está disponível no Diário Oficial da União. (Agência Brasil)

## PF e ICMBio desativam garimpos ilegais no Pará

Uma operação contra o garimpo ilegal deflagrada na quarta-feira (17), no Pará, prendeu sete pessoas acusadas de crimes ambientais. Mais de 70 policiais federais e servidores do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) participaram da ação, que também contou com o apoio da Polícia Militar do estado e do Sistema de Proteção da Amazônia (Censipam).

Segundo a Polícia Federal (PF), os pontos de garimpo alvos da operação funcionavam ilegal-

mente em Parauapebas e Curionópolis, no sudeste paraense. Além de efetuar as prisões em flagrante, os agentes apreenderam equipamentos e atearam fogo em parte das máquinas que não tinham como remover do local.

De acordo com a PF, entre o material encontrado no local havia duas pá carregadeira; 16 motores hidráulicos; uma draga e 3 mil litros de óleo diesel. A corporação estima que o prejuízo causado aos financiadores dos garimpos ilegais chegue a cerca de R\$ 1,5 milhão.

Ainda segundo a PF, além do estrago causado ao meio ambiente, a atividade dos garimpeiros colocava em risco a integridade de linhas de transmissão de energia elétrica da Usina de Belo Monte, oferecendo “sério risco de desabastecimento ao país”, já que o empreendimento abastece o Sistema Interligado Nacional (SIN).

Segundo a PF, a área é “recorrente em extração ilegal de minérios”, onde já foi alvo de outras operações. “Conforme atestado por órgãos ambientais,

a bacia hidrográfica local já apresenta alto grau de contaminação por conta do uso irregular de mercúrio”, acrescenta a PF.

Apesar do forte aparato policial, moradores de uma vila próxima aos garimpos ilegais bloquearam uma via de acesso a Parauapebas, em protesto contra a ação repressiva. Além de usar pedras e pneus para interromper o tráfego de veículos, os manifestantes lançaram rojões e pedras contra os agentes públicos. (Agência Brasil)

# Lula assina acordo para criação de parque aeroespacial na Bahia

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou, na quinta-feira (18), um acordo de parceria com o estado da Bahia e com o Senai Cimatec visando a criação do Parque Tecnológico Aeroespacial da Bahia. Segundo o Planalto, o parque representa o ingresso do Brasil no mercado aeroespacial, setor que movimentou, em 2023, US\$ 807,7 bilhões, valor que poderá chegar a US\$ 1,4 trilhão até 2032.

Durante a cerimônia de assinatura do acordo, Lula disse que fará uma série de viagens pelo Brasil “para mostrar que coisas boas acontecem nesse país”, a exemplo deste parque que será instalado em uma área da Base Aérea de Salvador.

Ainda nesta semana, o presidente visitará Pernambuco, para participar da cerimônia de retomada das obras da Refinaria Abreu e Lima, e o Ceará, onde lançará uma unidade regional do Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA).

Fruto de um acordo de cooperação técnica assinado em outubro, o Parque Tecnológico Aeroespacial da Bahia será, de acordo com o Planalto, um ambiente voltado ao fomento do ensino, à

realização de pesquisas avançadas e à promoção da inovação no campo aeroespacial, nos campos de engenharia de aeronaves, pesquisa, formação acadêmica e mão de obra.

A área foi cedida pela União ao Senai Cimatec, instituição que ficará responsável pela gestão da unidade. De acordo com o Planalto, as ilhas de atuação do parque serão divididas em quatro vertentes: Espaço, Defesa, Mobilidade Aérea Avançada e Aeronáutica Comercial.

Entre as áreas de estudo a serem implementadas no local estão as de sistemas avançados de voo e de controle de tráfego aéreo; sistemas de engenharia aeroespacial, novas tecnologias de energia e propulsão e cibersegurança aeroespacial.

## Formação profissional

“Vir aqui anunciar o lançamento desse parque tecnológico não é uma coisa qualquer”, disse o presidente. “E vou também para Recife para visitar uma refinaria que ficou paralisada durante 14 anos, e que já poderia estar refinando 260 mil barris de petróleo por dia. Depois eu vou lançar o ITA no Ceará. O ITA que fica na

cidade de São José dos Campos, em São Paulo, é um dos mais importantes que temos no Brasil”, acrescentou.

Ao destacar que os benefícios desses empreendimentos vão além da geração de conhecimentos e riquezas, colaborando também para a boa formação profissional de muitos brasileiros, Lula disse que os problemas do país na área de educação é secular, mas será enfrentado pelo governo. Segundo ele, “a elite brasileira nunca teve a intenção de educar este povo”.

Prova disso, acrescentou o presidente, é o fato de a primeira universidade do país ter sido criada 420 anos após a chegada dos portugueses. Investimentos em educação, disse ele, darão melhores condições para o país crescer.

## Oportunidades

Segundo Lula, as chances de crescimento do Brasil são ainda maiores no atual contexto, com o mundo precisando fazer um “esforço gigantesco” para diminuir o aquecimento global. “Temos potencial para resolver esse problema com a chamada energia renovável porque podemos fazer diversos tipos de combustíveis

que outros países não conseguem fazer. Inclusive teremos o maior polo de hidrogênio verde do mundo”, acrescentou.

“Mas não queremos apenas produzir hidrogênio para venda. Queremos ser o grande produtor para que as indústrias venham produzir, aqui no Brasil, os seus produtos de forma limpa. Se o mundo quiser diminuir a emissão de gás de efeito estufa, o Brasil é uma chance [para isso]. Esta é uma chance extraordinária que temos. E é uma grande chance para o Nordeste”, complementou.

## Parque Tecnológico

O Parque Tecnológico Aeroespacial da Bahia também colaborará para esse cenário promissor descrito pelo presidente, segundo o Planalto. Inclusive ele já tem despertado o interesse do setor privado.

Durante a cerimônia em Salvador, foram assinados memorandos de parcerias com empresas privadas especializadas na produção de equipamentos como veículos aéreos que fazem uso de inteligência artificial para voos não tripulados; de hardwares e softwares para entrega de encomendas por meio de drones; bem

como de fabricantes de plataformas de altitude elevada para voos não tripulados na estratosfera.

Durante o evento de assinatura, a ministra de Ciência, Tecnologia e Inovação, Luciana Santos, destacou o desenvolvimento de veículos não tripulados e de um satélite de observação de alta resolução para monitoramento e vigilância de florestas e rios, bem como para proteção de terra indígena, defesa e segurança pública.

Luciana Santos destacou também o primeiro projeto a ser desenvolvido, que é o de criar um sistema de Drone. “Isso já foi, inclusive, assinado aqui. Tudo graças à decisão logo do presidente Lula, de recompor integralmente o Fundo Nacional de Ciência e Tecnologia. Quero realçar que isso [a criação do parque] significa também enfrentamento da desigualdade regional e das assimetrias que existem [no país]”, disse a ministra.

## Nova industrialização

Segundo Luciana Santos, a iniciativa beneficiará a inteligência brasileira, a produção científica de universidades, institutos

públicos de pesquisa. “Esperamos que isso tudo possa se traduzir em produtos e em inovação, e que essa produção científica possa cada vez mais dialogar com o setor produtivo. Isso significa atender à agenda da nova industrialização; de novas bases tecnológicas”.

A ministra acrescentou que a cadeia da aeroespacial tem repercussões em outras áreas e em várias cadeias produtivas, pela complexidade tecnológica que ensaia. “Por isso, ela tem pacto e impacto muito positivo na educação; na formação da mão de obra especializada; e na geração de emprego de alta qualidade. Além disso, reduz a fuga de cérebros do país, que é também um assunto muito grave que a gente precisa enfrentar”, completou.

A parceria entre os governos federal e da Bahia para a implementação do parque tecnológico prevê R\$ 650 milhões em investimentos para construção e um “valor equivalente” em equipamentos e laboratórios.

A expectativa é de que ele comece a funcionar no primeiro semestre de 2025, com a entrada em operação da pista e do pátio de aeronaves. (Agência Brasil)

# Sebrae Rio lança manual para auxiliar negócios afetados por chuvas

O Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado do Rio de Janeiro (Sebrae Rio) está disponibilizando para pequenos empreendedores o Manual de Boas Práticas para Situações de Emergência e Estado de Calamidade Pública, visando orientar os donos de pequenos negócios que necessitam de apoio do poder público em regiões atingidas por eventos climáticos, como as recentes chuvas que provocaram inundações em várias cidades da Baixada Fluminense e na capital.

Levantamento feito pelo Sebrae Rio, com dados do Data Sebrae, revela que as cidades de Belford Roxo, Nova Iguaçu, São João de Meriti e o município do Rio de Janeiro possuem 563.534 microempreendedores individuais, 59.978 empresas de pequeno porte e 249.844 microempresas. Apesar do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regi-

onal reconhecer a situação de emergência nessas regiões, muitos empresários necessitam de orientação para retomar os negócios, adverte o Sebrae Rio.

As principais atividades formalizadas nesses quatro municípios são cabeleireiros, manicure, pedicure, comércio varejista de roupas e acessórios, lanchonetes e casas de chás. Para que esses empresários possam retomar as atividades econômicas, é necessário ter orientação correta, uma vez que alguns deles podem ter perdido equipamentos de trabalho. A analista de Políticas Públicas do Sebrae Rio, Juliana Lohmann, explicou à Agência Brasil que o manual funciona, na prática, de duas maneiras. “Uma é o apoio direto aos empresários. A outra é uma abordagem junto ao poder público, que afeta, indiretamente, também os empresários”.

## Pessoas jurídicas

Juliana disse que o Sebrae Rio tem observado que muitas das iniciativas imediatas nos municípios afetados pelas chuvas passam pela pessoa física que perdeu a casa, ficou sem alimento. “Mas existem também pessoas jurídicas. Pode existir uma empresa. Nesse sentido, a gente tem conversado com as prefeituras para que elas possam ter iniciativas de apoio direto aos pequenos empreendimentos, que perderam, muitas vezes, seus equipamentos, para que possam retomar as atividades”.

De acordo com a analista do Sebrae Rio, a própria prefeitura pode pensar, por exemplo, na prorrogação do pagamento de impostos para esses pequenos

empreendedores. “São medidas que a prefeitura, o poder público, o estado podem conceder a esses empresários, no sentido de trazer um pouco de fôlego a quem deseja rapidamente voltar a empreender”. Essas orientações estão contidas no manual que aborda ainda iniciativas adotadas em outros estados que enfrentaram situações de calamidade, como Rio Grande do Sul e Bahia. “Tem outras iniciativas interessantes para minimizar o efeito de chuvas junto aos CNPJs (Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica)”.

## Incentivo

O gerente de Políticas Públicas do Sebrae Rio, Tito Ryff, salientou que, “em eventos dessa magnitude, que causam

grandes impactos sociais e econômicos, além da tragédia maior que é a perda de vidas, as autoridades públicas devem mobilizar não só os serviços de defesa civil, da saúde, da assistência social e da habitação, mas, também, as equipes da fazenda e da fiscalização do código de posturas municipais para que estejam atentas a essas possibilidades de incentivar o mais rapidamente possível a retomada dos negócios prejudicados pelas fortes chuvas”.

O manual sugere que tributos como ICMS (Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços de Transportes e Comunicação) e IPVA (Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores) podem ter seus vencimentos posterga-

dos. Além disso, trata de questões relacionadas ao Simples Nacional, quitação e obtenção de empréstimos bancários. É possível ainda alterar o calendário de pagamento do IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano) e Taxa de Coleta de Lixo Doméstico referentes ao exercício da tragédia, além do vencimento do ISSQN (Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza).

Ryff avaliou que a pronta recuperação econômica é importante para a manutenção do nível do emprego e da renda, e contribuirá para a mitigação dos danos causados pelo desastre climático. Lembrou também que associado a cada CNPJ, há sempre um, ou mais, CPFs (Cadastro de Pessoa Física). (Agência Brasil)

## MPF abre inquérito contra rede social Kwai por conteúdo falso

O Ministério Público Federal (MPF) informou na quinta-feira (18) ter instaurado um inquérito civil público para investigar a conduta da rede social Kwai, no Brasil. A suspeita é que a plataforma, de origem chinesa, esteja promovendo conteúdos e perfis falsos para gerar maior engajamento.

“Há indícios de que postagens na rede com informações inverídicas e apelativas sejam produzidas não por usuários regulares do Kwai, mas pela própria plataforma – diretamente ou por meio de empresas de publicidade por ela contratadas, sem qualquer identificação de sua origem”, disse o MPF, em nota.

O inquérito foi aberto com base em denúncia anônima recebida pelo órgão e também após notícias sobre a estratégia da plataforma.

Segundo o MPF, a investigação terá três frentes: a suposta criação de perfis falsos de órgãos e autoridades públicas brasileiras no Kwai, como se fossem páginas oficiais; a pro-

dução e circulação de notícias falsas na rede social, sobretudo durante a eleição de 2022, com a finalidade de aumentar audiência; e a veiculação de vídeos contendo atos de violência contra mulheres e exposição indevida de crianças e adolescentes.

A empresa Joyo Tecnologia Brasil, responsável pelo Kwai no país, e empresas de publicidade que prestam serviços à plataforma foram oficiadas para prestar esclarecimentos e preservar materiais relevantes para a investigação, como documentos, gravações, vídeos e outros.

É a primeira vez que uma plataforma de rede social é investigada não por intermediar conteúdos falsos, mas por produzi-los diretamente. A responsável pela investigação é a Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão de São Paulo, que já conduz apurações sobre outras sete plataformas por supostas omissões no combate à desinformação e à violência digital. (Agência Brasil)

# Especialistas alertam sobre risco de doenças trazidas por chuva forte

As chuvas fortes levam mais do que destruição e transtornos para os moradores das cidades. Com as chuvas, chegam também doenças como leptospirose, diarreias, hepatites A e E, tétano e dengue.

No estado do Rio de Janeiro, onde muitos municípios foram atingidos por temporais no último fim de semana, a Secretaria de Estado de Saúde alerta a população e as secretarias municipais de Saúde sobre os perigos e a necessidade de prevenção, monitoramento e tratamento das enfermidades relacionadas aos alagamentos. De acordo com a secretaria, é comum o aumento de casos dessas doenças, em média duas semanas após as tempestades.

A superintendente de Emergências em Saúde Pública da Secretaria de Estado de Saúde, Sílvia Carvalho, destacou os cuidados que devem ser tomados nesses casos. É preciso ficar atento a sintomas como febre alta, calafrios, dor no corpo e diarreia, e procurar de imediato uma unidade de saúde para que as doenças sejam identificadas e tratadas de forma adequada e não ocorram complicações, diz Sílvia, em nota divulgada pela secretaria.

A pasta orienta os municípios a monitorar a ocorrência de

casos nas unidades de saúde locais e reforçar essa medida junto às equipes de médicos, enfermeiros e demais profissionais de saúde. “É fundamental que o profissional de saúde, que está em contato direto com a população nas unidades de saúde e abrigos temporários tenha esse olhar ao promover o atendimento ao paciente.”

## Leptospirose, diarreia e hepatites

Conforme a secretaria, o risco de contaminação em períodos de enchente é muito grande. A leptospirose, por exemplo, pode ser transmitida pela água da chuva ou pela lama contaminada com a bactéria presente na urina e nas fezes de ratos, quando entram em contato com a mucosa ou feridas na pele. Os sintomas são febre alta, calafrios, dores musculares e icterícia (pele amarela).

“Por isso, deve-se evitar entrar em contato com a água. Caso seja inevitável, deve-se usar botas e luvas, ou sacos plásticos amarrados para proteger os pés e as mãos”, recomenda a secretaria.

Segundo o Instituto de Tecnologia em Imunobiológicos (Bio-Manguinhos) Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), a leptospirose precisa de atenção mé-

dica, porque pode causar hemorragias, meningite, insuficiência renal, hepática e respiratória.

“Bio-Manguinhos contribui para o diagnóstico de leptospirose através dos testes de diagnóstico em pacientes nas regiões afetadas que apresentem os sintomas e utiliza apenas uma amostra para realizar duas reações independentes e de forma simultânea”, afirma a Fiocruz em nota.

Ao ingerir água contaminada, a pessoa pode ainda ter diarreia e hepatites. Para evitar essas doenças, o recomendável é filtrar e ferver a água antes do consumo para eliminar bactérias, vírus e parasitas. “Para higienização da água, é indicado também o uso de 2 gotas de hipoclorito de sódio (2,5%) em 1 litro de água. A ingestão pode ser feita 30 minutos depois da colocação da solução”, aconselham especialistas.

Os sintomas da hepatite A são cansaço, febre, tontura e sensação de mal-estar que podem durar várias semanas.

## Tétano e dengue

De acordo com Bio-Manguinhos, a possibilidade de transmissão de tétano ocorre por meio de lesões no contato com lixo e destroços durante enchentes ou alagamentos. “A bactéria causadora da doença

pode estar presente na pele, fezes, terra, galhos, plantas baixas, água suja e poeira.”

Conforme o Instituto, a principal forma de prevenção do tétano é a vacinação, que é gratuita e está disponível em toda a rede do Sistema Único de Saúde (SUS). “Bio-Manguinhos produz a vacina combinada de DTP e Hib, também chamada tetravalente, já que protege, ao mesmo tempo, contra difteria, tétano, pertussis (coqueluche) e infecções graves pelo Haemophilus influenzae tipo b.”

Se o tétano acidental não for tratado corretamente, pode levar a pessoa à morte. “As chances de morrer dependem da idade, do tipo de ferimento, além da presença de outros problemas de saúde, como complicações respiratórias, renais e infecciosas.”

A proliferação do mosquito da dengue também pode ser reforçada pelas chuvas fortes. A Secretaria de Saúde do Rio recomenda que, além dos cuidados com a limpeza de locais onde podem estar presentes larvas, a população fique atenta aos sintomas da doença: febre alta, manchas vermelhas, dor muscular, dor de cabeça e no fundo dos olhos e perda de apetite. Quem apresentar esse quadro, deve ir imediatamente a uma unidade de saúde. (Agência Brasil)

*Lembre sempre de lavar as mãos*



**EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 0006480-25.2022.8.26.0001 (01A) MM. Juiz(a) de Direito da 5ª Vara Cível, do Foro Regional 1 - Santana, Estado de São Paulo, Dr(a). Rodrigo de Azevedo Costa, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) MATEU ALBERTO TIBA, CPF nº 700.612.234-17, que lhe foi proposta uma ação de Incidente de Desconsideração de Personalidade Jurídica de RELISH FINE FOODS INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA por parte de Polico Comercial de Alimentos Ltda.. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, se manifestar e requerer as provas cabíveis nos termos do artigo 135 do Código de Processo Civil. Não sendo apresentada manifestação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei.**

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO**  
 Pelo presente, ficam convocados todos os membros e demais associados, da **FEDERAÇÃO PAULISTA DE KARATÊ KYOKUSHIN OYAMA**, para participarem da Assembleia Geral Extraordinária, que se realizará no dia 17/02/2024, nesta capital na Av. da Liberdade, 1086, 1 andar, sala A, Liberdade, São Paulo, SP, Cep: 01502-001, em primeira chamada às 17:30 horas, em segunda chamada às 18:00 horas, nos termos do Estatuto em vigor, para deliberarem quanto a eleição da nova Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal. São Paulo, 17 de janeiro de 2024. Ademar Tsutomu Morimoto - Presidente

**Gupy Tecnologia em Recrutamento Ltda.**  
 CNPJ/MF nº 23.514.668/0001-52 - NIRE 35.229.514.161

**Ata de Reunião de Sócios - Realizada em 30/11/2023**  
 localizada na Cidade de São Paulo/SP, na Av. Paulista, 1.079, 11º andar, Bela Vista, CEP 01311-200. Convocação e presença: Conforme o artigo 1.072, §2º, da Lei nº 10.406/2002, conforme alterada (Código Civil), foi dispensada a convocação tendo em vista a presença dos sócios representando a totalidade do capital social da Sociedade, quais sejam: (i) **Gupy Recruitment Technology, LLC**, sociedade devidamente constituída e existente de acordo com as leis do Estado de Delaware, Estados Unidos da América, inscrita no CNPJ/MF nº 27.801.800/0001-68, com sua sede social localizada em 850 New Burton Road, Conjointo 201 - Cidade de Dover, Kent, 19904, Estados Unidos da América, neste ato representada por sua representante legal e bastante procuradora, Sra. **Mariana Ramos Dias**, RG nº 34.709.245-7 SSP/SP e CPF/MF sob nº 345.277.058-30, residente e domiciliada na Cidade de São Paulo/SP, (ii) **Mariana Ramos Dias**, acima qualificada; (iii) **Bruna Guimarães da Silva**, RG nº 20.121.484-8 SSP/SP e CPF/MF nº 104.781.867-11, residente e domiciliada na Cidade de São Paulo/SP; (iv) **Guilherme Henrique Dias**, RG nº 34.709.245-7 SSP/SP e CPF/MF nº 401.305.356-12, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo/SP; e (v) **Robson Ventura Rodrigues**, RG nº 21.880.551-1 SSP/SP e CPF/MF nº 124.883.137-45, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo/SP. **Composição da Mesa:** Os sócios indicaram para presidir a mesa: Sra. Mariana Ramos Dias, a qual convidou a Sra. Bruna Guimarães da Silva para secretariar a Mesa. **Ordem do dia:** Apreciar e deliberar sobre: (i) O Protocolo e Justificação de Incorporação da Education For All Ltda. pela Gupy Tecnologia em Recrutamento Ltda. ("Protocolo"), celebrado em 30/11/2023, entre a administração da Sociedade e da Education For All Ltda., sociedade limitada, inscrita no CNPJ/MF sob nº 27.493.985/0001-90, com sede na Cidade de São Paulo/SP, na Av. Paulista, 1.079, 11º andar, Bela Vista, CEP 01311-200, com seu Contrato Social registrado na JUCESP/NIRE 35.233.480.616 ("Núdu" ou "Incorporação"), o qual estabelece as justificativas, os termos e condições da incorporação da Niduu pela Sociedade ("Incorporação"), na forma dos artigos 1.116 e 1.118 do Código Civil, o qual consta como Anexo I à presente ata; (ii) A ratificação da nomeação e contratação da empresa especializada **Crowe Macro Brasil Participações e Consultoria Contábil Ltda.**, sociedade limitada, inscrita no CNPJ/MF nº 03.714.913/0001-68, com sede na Cidade de São Paulo/SP, na Rua XV de Novembro, nº 184, 3º andar, Centro, CEP 01013-904 ("Empresa Especializada"), como responsável pela elaboração do laudo de avaliação da Niduu, preparado para fins da Incorporação, apurado por meio dos livros contábeis, do respectivo patrimônio líquido da Incorporada, com base em seu balanço patrimonial levantado em 01/11/2023 ("Data-Base"), de acordo com o artigo 1.117, §2º do Código Civil ("Laudo de Avaliação"); (iii) A Empresa Especializada, tendo sido previamente consultada a respeito do seu interesse em proceder à referida avaliação, acatou a incumbência e já preparou o Laudo de Avaliação, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil; (iii) Deliberar sobre a aprovação do Laudo de Avaliação, o qual consta como anexo do Protocolo anexo à presente ata e como Anexo I, e que conclui e justifica a fixação do valor total do ativo patrimonial líquido da Incorporada correspondente ao valor de R\$1.847.110,00 (um milhão, oitocentos e quarenta e sete mil, cento e dez reais), na Data-Base; (iv) Deliberar sobre a incorporação, de forma definitiva, da Incorporada pela Sociedade, nos termos e condições previstos no Protocolo, com base no Laudo de Avaliação, com a consequente extinção da Niduu, e a versão total do seu respectivo ativo patrimonial líquido, passando a Sociedade a sucedê-la, a título universal, em todos os bens, direitos e obrigações, nos termos do artigo 1.116 do Código Civil, observado que (a) com a implementação da Incorporação, as respectivas quotas representativas do capital social da Niduu serão canceladas; e (b) tendo em vista que o acervo da Niduu a ser vertido para a Sociedade já está integralmente refletido nas demonstrações financeiras da Sociedade, a Incorporação não acarretará a alteração do capital social da Sociedade e tampouco alteração da proporção das participações dos Sócios, conforme previsto no Protocolo; e (v) A autorização aos administradores da Sociedade a praticarem todos os atos necessários e relacionados à Incorporação, incluindo, mas não se limitando à prática dos atos vinculados às baixas de todas as inscrições da Niduu perante todos e quaisquer órgãos da administração pública, a proceder com as atualizações aplicáveis perante terceiros e órgãos públicos, e a firmar todos os documentos necessários à implementação e formalização das aprovações dos itens acima. **Deliberações:** Os sócios decidem, por unanimidade e sem ressalvas: (i) Aprovar o Protocolo, conforme celebrado entre a administração da Sociedade e da Niduu, ficando ratificados e aprovados todos os termos e condições do referido documento; (ii) Aprovar e ratificar a contratação, pela Incorporada, da Empresa Especializada, para avaliação do patrimônio líquido da Incorporada e preparação do Laudo de Avaliação; (iii) Aprovar o Laudo de Avaliação da Incorporada, elaborado pela Empresa Especializada, a qual apurou o acervo patrimonial líquido da Incorporada correspondente ao valor de R\$1.847.110,00 (um milhão, oitocentos e quarenta e sete mil, cento e dez reais), na Data-Base, com base em balanço patrimonial, ratificando, ainda, os critérios de avaliação utilizados e os valores neles constantes, ficando consignado que as quotas representativas do capital social da Niduu serão canceladas e que a Incorporação não acarretará a alteração do capital social da Sociedade e tampouco alteração da proporção das participações dos Sócios, nos termos do Protocolo; (iv) Aprovar a incorporação da Incorporada pela Sociedade, com base nos termos e condições constantes do Protocolo, em decorrência do qual a Incorporada é extinta e sucedida a título universal e sem solução de continuidade pela Sociedade em todos os seus ativos e passivos, direitos e obrigações, de qualquer natureza, patrimoniais ou não patrimoniais; e (v) Autorizar os administradores da Sociedade a praticarem todos os atos necessários e relacionados à implementação e formalização da Incorporação, incluindo, mas não se limitando à prática dos atos vinculados às baixas de todas as inscrições da Niduu perante todos e quaisquer órgãos da administração pública, a proceder com as atualizações aplicáveis perante terceiros e órgãos públicos, e a firmar todos os documentos necessários à implementação e formalização das aprovações dos itens acima. **Encerramento e lavratura da ata:** Nada mais havendo a tratar, e como ninguém mais desejasse fazer uso da palavra, foram encerrados os trabalhos e lavrada a presente ata, a qual foi assinada por todos os presentes. São Paulo, 30/11/2023. **Mesa:** Mariana Ramos Dias - Presidente da Mesa; Bruna Guimarães da Silva - Secretária da Mesa; Sócios: Mariana Ramos Dias, Bruna Guimarães da Silva, Guilherme Henrique Dias, Robson Ventura Rodrigues, Gupy Recruitment Technology LLC p.p., Mariana Ramos Dias. JUCESP nº 467.828/23-4 em 15/12/2023 - Maria Cristina Frei - Secretária-Geral.

**IVST Agentes Autônomos de Investimentos SS Ltda.**  
 CNPJ nº 01.664.103/0001-03  
 Distrato Social para Dissolução, Liquidação e Extinção  
 Pelo presente instrumento particular: **Dados:** Em 06/12/2023, na sede da Sociedade, reuniram-se os sócios que representam a totalidade do capital social da Sociedade. **Decidiram e aprovaram por unanimidade:** (i) Dissolução, no qual o Sr. Marcelo Frug, qualificado no instrumento particular, ficou com o cargo de liquidante da Sociedade; (ii) Liquidação, no qual os sócios concordaram com os valores apresentados no balanço patrimonial da Sociedade levantado em 31/10/2023. Considerando os passivos a serem liquidados, os sócios decidem pagar os impostos com o saldo em caixa e abater do lucro acumulado da Sociedade o total dos créditos dos Sócios; e (iii) Extinção, no qual os sócios declaram a Sociedade dissolvida, liquidada e extinta nos termos da legislação aplicável. Os livros da Sociedade, ora extinta, deverão ficar em poder de seu Liquidante, o qual se compromete a mantê-los, fiel e diligentemente, sob sua guarda. 2º RTD de São Paulo nº 166.523 de 09/01/2024. Magali Martins Cardoso - Substituta do Oficial.

**vivo LEILÕES ON LINE FRAZÃO**  
**Data: 19 de janeiro de 2024 às 14h00**  
**APARELHOS CELULARES DE DIVERSAS MARCAS E MODELOS**  
**CADASTRE-SE ANTECIPADAMENTE PARA PARTICIPAR DO LEILÃO**  
 OBS: TODOS OS LOTES SÃO DE CELULARES/MODEMS/ACESSÓRIOS USADOS E SUCATA. SEM GARANTIA DE TROCA/FUNIONAMENTO.  
**Informações pelo telefone: 11- 3550-4066, 94173-1982, ou pelo e-mail eduardo@frazaoleiloes.com.br, ou www.frazaoleiloes.com.br**  
 Carlos Eduardo Luis Campos Frazão JUCESP nº 751

**EDUCATION FOR ALL LTDA.**  
 CNPJ/MF nº 27.493.985/0001-90 - NIRE 35.233.480.616  
**Ata de Reunião de Sócios - Realizada em 30/11/2023**  
 localizada na Cidade de São Paulo/SP, na Av. Paulista, 1.079, 11º andar, Bela Vista, CEP 01311-200. **Convocação e presença:** Apresenta a sócia representando a totalidade do capital social da Sociedade, qual seja **Gupy Tecnologia em Recrutamento Ltda.**, sociedade limitada, inscrita no CNPJ/MF sob nº 23.514.668/0001-52, com sede na Cidade de São Paulo/SP, na Av. Paulista, 1.079, 11º andar, Bela Vista, CEP 01311-200, com seu Contrato Social registrado JUCESP sob o NIRE 35.229.514.161 ("Gupy"), neste ato representada por sua sócia-administradora **Mariana Ramos Dias**, RG nº 34.709.245-7 SSP/SP, CPF/MF nº 345.277.058-30, residente e domiciliada na Cidade de São Paulo/SP. **Composição da mesa:** Preside a mesa a Sra. Mariana Ramos Dias, a qual convidou a Sra. Bruna Guimarães da Silva para secretariar a Mesa. **Ordem do dia:** Apreciar e deliberar sobre: (i) O Protocolo e Justificação de Incorporação da Education For All Ltda. pela Gupy Tecnologia em Recrutamento Ltda. ("Protocolo"), celebrado em 30/11/2023, entre a administração da Sociedade e da Gupy, o qual estabelece as justificativas, os termos e condições da incorporação da Sociedade pela Gupy ("Incorporação"), na forma dos artigos 1.116 e 1.118 da Lei nº 10.406/2002, conforme alterada ("Código Civil"), o qual consta como Anexo I à presente ata; (ii) A ratificação da nomeação e contratação da empresa especializada **Crowe Macro Brasil Participações e Consultoria Contábil Ltda.**, sociedade limitada, inscrita no CNPJ/MF nº 03.714.913/0001-68, com sede na Cidade de São Paulo/SP, na Rua XV de Novembro, nº 184, 3º andar, Centro ("Empresa Especializada"), como responsável pela elaboração do laudo de avaliação da Sociedade, preparado para fins da Incorporação, apurado por meio dos livros contábeis, do respectivo patrimônio líquido da Sociedade (Incorporada), com base em seu balanço patrimonial levantado em 01/11/2023 ("Data-Base"), de acordo com o artigo 1.117, §2º do Código Civil ("Laudo de Avaliação"); (iii) A Empresa Especializada, tendo sido previamente consultada a respeito do seu interesse em proceder à referida avaliação, acatou a incumbência e já preparou o Laudo de Avaliação, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil; (iii) Deliberar sobre a aprovação do Laudo de Avaliação, o qual consta como anexo do Protocolo anexo à presente ata e como Anexo I, e que conclui e justifica a fixação do valor total do ativo patrimonial líquido da Sociedade correspondente ao valor de R\$1.847.110,00 (um milhão, oitocentos e quarenta e sete mil, cento e dez reais), na Data-Base; (iv) Deliberar sobre a Incorporação, de forma definitiva, da Sociedade (Incorporada) pela Gupy (Incorporadora) nos termos e condições previstos no Protocolo, com base no Laudo de Avaliação, com a consequente extinção da Sociedade, e a versão total do seu respectivo ativo patrimonial líquido, passando a Gupy (Incorporadora) a sucedê-la, a título universal, em todos os bens, direitos e obrigações, nos termos do artigo 1.116 do Código Civil, observado que (a) com a implementação da Incorporação, as respectivas quotas representativas do capital social da Sociedade serão canceladas; e (b) tendo em vista que o acervo da Sociedade a ser vertido para a Gupy já está integralmente refletido nas demonstrações financeiras da Sociedade, a Incorporação não acarretará a alteração do capital social da Sociedade e tampouco alteração da proporção das participações dos Sócios, conforme previsto no Protocolo; e (v) A autorização aos administradores da Sociedade a praticarem todos os atos necessários e relacionados à Incorporação, incluindo, mas não se limitando à prática dos atos vinculados às baixas de todas as inscrições da Sociedade perante todos e quaisquer órgãos da administração pública, a proceder com as atualizações aplicáveis perante terceiros e órgãos públicos, e a firmar todos os documentos necessários à implementação e formalização das aprovações dos itens acima. **Deliberações:** A única sócia decide, sem ressalvas: (i) Aprovar o Protocolo, conforme celebrado entre a administração da Sociedade e da Gupy, ficando ratificados e aprovados todos os termos e condições do referido documento; (ii) Aprovar e ratificar a contratação, pela Sociedade, da Empresa Especializada, para avaliação do patrimônio líquido da Sociedade e preparação do Laudo de Avaliação; (iii) Aprovar o Laudo de Avaliação da Sociedade, elaborado pela Empresa Especializada, a qual apurou o acervo patrimonial líquido da Sociedade correspondente ao valor de R\$1.847.110,00 (um milhão, oitocentos e quarenta e sete mil, cento e dez reais), na Data-Base, com base em balanço patrimonial, ratificando, ainda, os critérios de avaliação utilizados e os valores neles constantes, ficando consignado que as quotas representativas do capital social da Sociedade serão canceladas; e (iv) Autorizar os administradores da Sociedade a praticarem todos os atos necessários e relacionados à implementação e formalização da Incorporação, incluindo, mas não se limitando à prática dos atos vinculados às baixas de todas as inscrições da Sociedade perante todos e quaisquer órgãos da administração pública, a proceder com as atualizações aplicáveis perante terceiros e órgãos públicos, e a firmar todos os documentos necessários à implementação e formalização das aprovações dos itens acima. **Encerramento e lavratura da ata:** Nada mais havendo a tratar, e como ninguém mais desejasse fazer uso da palavra, foram encerrados os trabalhos e lavrada a presente ata, a qual foi assinada por todos os presentes. São Paulo, 30/11/2023. **Mesa:** Mariana Ramos Dias - Presidente da Mesa; Bruna Guimarães da Silva - Secretária da Mesa; Sócios: Mariana Ramos Dias, Bruna Guimarães da Silva, Guilherme Henrique Dias, Gupy Recruitment Technology LLC p.p., Mariana Ramos Dias. JUCESP nº 467.828/23-4 em 15/12/2023 - Maria Cristina Frei - Secretária-Geral.

**EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1067597-28.2021.8.26.0100 (01A) MM. Juiz(a) de Direito da 8ª Vara Cível do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). MARCELO STABER DE CARVALHO HANNOUN, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) ALCILMIA PARTICIPAÇÃO SOCIEDADE LTDA CNPJ 28.017.232/0001-94 que no auto da ação de Execução de Título Extrajudicial proposta por parte de Vilcan 49 Desenvolvimento Imobiliário Spe Ltda, foi realizado o requerimento de sua CITAÇÃO para que compareça a realização da integração do capital social, que subscreveu na sociedade empresária ALCILMIA PARTICIPAÇÃO SOCIEDADE LTDA devendo apresentar no prazo de 15 dias, os documentos que comprovarem, sob pena de sua responsabilização pelo cumprimento da obrigação representada no título executivo extrajudicial. Encontrando-se a ré em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente resposta ao pedido incidental. Não sendo apresentada resposta, o litu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 08 de janeiro de 2024. 1819**

**ZURICH ARP INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA.**  
 NIRE 35.2.2500882-2 - CNPJ/ME 12.022.964/0001-10  
 Filial - CNPJ: 12.022.964/0002-99 - NIRE FJUAL: 33901576007  
 Extrato da 24ª Alteração do Contrato Social  
 Pelo presente instrumento: **400PAR Investments Ltd.**, com sede em Ilhas Cayman, CNPJ/ME 48.997.680/0001-96, representada por seus diretores, Edna Fortunato Cardoso Macedo e Marcelo Barros de Alencar, Na qualidade de única sócia, têm, entre si, justo e acertado: 1. A redução de capital no valor de R\$ 37.000.000,00, por considerá-lo excessivo, nos termos do artigo 1.082, Código Civil, com restituição do valor das quotas à sócia. A eficácia da deliberação de redução do capital, e restituição do valor das quotas à sócia fica condicionada ao cumprimento das seguintes condições: publicação da ata; e decurso do prazo de 90 dias, contados da data da publicação desta ata, sem que tenha sido apresentada pelos credores quirografários oposição a essa deliberação ou, se tiver havido oposição, mediante a prova do pagamento e/ou depósito judicial, em face do disposto no artigo 1.084, §1º do Código Civil. O capital social passa dos atuais R\$ 183.096.967,00, dividido em 183.096.967 quotas, de R\$ 1,00 cada, para R\$ 146.096.967,00 dividido em 146.096.967 quotas com valor de R\$ 1,00. Alteração da Cláusula 5º do Contrato Social: "Cláusula 5º - O capital social é R\$146.096.967,00 dividido em 146.096.967 quotas com valor nominal de R\$ 1,00 cada uma, distribuídas da seguinte forma: Sócios-Quotas-Valor (R\$)-%: 400Par Investments Ltd, 146.096.967, R\$ 146.096.967,00, 100%; Total: 146.096.967, R\$ 146.096.967,00, 100%". 2. Consolidação do Contrato Social. Nada mais. São Paulo, 04.01.2024. Sócios: 400PAR Investments LTD - Edna Fortunato Cardoso Macedo e Marcelo Barros de Alencar.

**Fabema Assessoria de Comunicação Ltda**  
 NIRE 35.221.896.812 - CNPJ nº 53.370.748/0001-42  
**Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de Dezembro de 2023**  
**1. Data, Hora e Local:** Realizada no dia 30 de Dezembro de 2023, às 10:00 horas, na sede social da "Fabema Assessoria de Comunicação Ltda.", inscrita no CNPJ/MF sob nº 53.370.748/0001-42, com sede nesta Capital do Estado de São Paulo, na Rua Carlos Villalva, nº 118 - 6º Andar - Conjunto. 65 - Letra O - Vila Guarani - CEP nº 04307-000. **2. Convocação e Presença:** Convocação dispensada a publicação, face à presença da totalidade dos sócios, desta sociedade empresarial limitada, na forma prevista de seu contrato social e no §2º do artigo 1.072 da Lei nº 10.406/2002. **3. Mesa:** Os trabalhos foram presididos pelo Sr. **Gilberto Alípio Mansur** e secretariados pelo Sr. **Fabiano de Assis Viana Mansur**. **4. Ordem do Dia:** Deliberar sobre (i) a redução do capital social da Sociedade, de acordo com o Artigo 1082, Inciso I, da Lei nº 10.406/2002, no montante de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), referente a participação societária, do sócio Sr. **Gilberto Alípio Mansur**, considerando que o capital social, tornou-se excessivo em relação ao objetivo social. **5. Deliberações:** Após a leitura da ata assinada na ordem do dia, e posto em discussão e votação, foi aprovada a redução do capital social da sociedade empresária limitada, no montante de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), reduzindo assim, a participação societária do sócio Sr. **Gilberto Alípio Mansur**, fazendo que o capital social da empresa, seja de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), já integralizado anteriormente em moeda corrente nacional. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a assembleia, da qual se lavrou a presente ata que, lida e achada conforme, foi por todos assinada. **Mesa: Gilberto Alípio Mansur** e secretário **Fabiano de Assis Viana Mansur**. São Paulo, 30 de Dezembro de 2023. **Presidente - Gilberto Alípio Mansur** - RG nº 5.338.227-4 SSP/SP; **Secretário - Fabiano de Assis Viana Mansur** - RG nº 26.333.579-3 SSP/SP; **Sócios: Gilberto Alípio Mansur** - RG nº 5.338.227-4 SSP/SP; **Vivina de Assis Viana Mansur** - RG nº 5.283.490-6 SSP/PB. **Fabiano de Assis Viana Mansur** - RG nº 26.333.579-3 SSP/SP; **Bernardo de Assis Viana Mansur** - RG nº 26.333.578-1 SSP/SP; **Mariana de Assis Viana Mansur** - RG nº 22.659.889-5.

**ERRATA**  
**Copart do Brasil Organização de Leilões Ltda.**  
 CNPJ - 15.517.191/0006-82  
**Luiz Rafael Lemuchi de Lima - Leiloeiro Oficial**  
**Matrícula: 20/315L - Jucepar**  
**www.donhaleiloes.com.br**  
 Conforme publicação no dia 15/08/2023 no **Jornal O Dia SP**, faltou incluir o veículo: Leilão N.º: 7705 - Lote N.º 149 - 15/08/2023  
 Placa: BBW3185  
 Sinistro: 010423153621879  
 Chassi: 9BFYEAHD7KBL8282

**www.jornalodiasp.com.br**

# Prazo para preencher relatório de transparência salarial começa dia 22

O prazo para as empresas preencherem ou retificarem o Relatório de Transparência Salarial e de Critérios Remuneratórios começa na próxima segunda-feira (22) e vai até 29 de fevereiro. O preenchimento do documento está previsto em portaria do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e deve ser obedecido por empresas privadas que tenham 100 ou mais empregados e sede, filial ou representação no Brasil. A fiscalização tem o objetivo de reparar a discriminação salarial entre homens e mulheres que ocupam o mesmo cargo.

A abertura do ambiente virtual para preenchimento obrigatório do formulário foi anunciada pela ministra das Mulheres, Cida Gonçalves, e pelo ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, na quarta-feira (17). "Se é a mesma função e a mesma competência, a remuneração tem que ser igual", diz Marinho. Para a ministra Cida Gonçalves, o combate à desigualdade salarial está ligado à garantia de direitos. "O governo não quer perseguir empresas. Queremos promover um processo civilizatório no Brasil, e isso passa pela garantia de direitos, passa por igualdade."

As informações deverão ser prestadas na área do empregador do Portal Emprega Brasil, do MTE. As empresas que já prestam informações por meio do sistema informatizado e-Social deverão atualizar ou complementar as informações ao MTE, se necessário. Os formulários preenchidos eletronicamente deverão conter o número total de trabalhadores empregados, separados por sexo, raça e etnia. Entre os dados que deverão ser informados estão cargo ou ocupação dos trabalhadores, valores de todas as remunerações, incluídos salário con-

tratu, 13º salário, comissões, horas extras, adicionais noturnos, de insalubridade, descanso semanal remunerado, gorjetas, terço de férias, aviso prévio trabalhado e outras previstas em norma coletiva de trabalho. As informações dos relatórios deverão preservar o anonimato dos empregados e a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) deverá ser observada. O relatório de Transparência Salarial e de Critérios Remuneratórios deverá ser publicado a cada mês, de março a setembro de cada ano, pelas empresas nos próprios sites eletrônicos e em

suas redes sociais, com a intenção de garantir a ampla divulgação para seus empregados, colaboradores e ao público em geral. Para fins de fiscalização e confirmação de cadastro, o MTE pode solicitar às empresas informações complementares àquelas que constam no relatório. De acordo com a legislação, após a publicação do Relatório de Transparência Salarial e de Critérios Remuneratórios, se confirmada a desigualdade salarial de gênero, os empregadores serão notificados, pela Auditoria -Fiscal do Trabalho, para que ela-

borem, em 90 dias, o Plano de Ação para Mitigação da Desigualdade Salarial e de Critérios Remuneratórios entre Mulheres e Homens. Na elaboração e na implementação desse futuro plano de ação, deverá ser garantida a participação de representantes. As pessoas podem denunciar casos relacionados à discriminação salarial entre mulheres e homens por meio do portal do MTE ou pelos telefones: Disque Direitos Humanos (Disque 100), Central de Atendimento à Mulher, o Ligue 180, ou Central Alô Trabalho, nº 158. (Agência Brasil)

# Revista em aeroportos constrange pessoas com deficiência

Ao embarcar com a família em um voo, a cantora Cris Pereira foi constrangida durante um procedimento de revista em sua filha, que recebe cuidados paliativos para um câncer, estava medicada e adormecida, em uma cadeira de rodas. O caso foi relatado pelas redes sociais na última terça-feira (16). Segundo Cris, a equipe de segurança do aeroporto questionou se a criança poderia se "levantar". Diante da impossibilidade, a menina de 8 anos de idade foi, então, submetida a uma revista manual. "A grosso modo elas revisavam a pessoa, apalpam a pessoa. Eles mexem a pessoa para o lado, afastam a pessoa para o encosto

da cadeira de rodas", descreveu a mãe, ao relatar o desrespeitado vivido pela família: "eles importunam a pessoa". Em outro relato, ocorrido em dezembro, a diretora do Instituto XP, Gabriela Torquato, conta que também foi submetida e essa revista obrigatória para embarcar em um voo. "Sozinha, em uma sala sem nenhuma das minhas coisas, sem câmeras, precisei tirar a prótese. A cena bizarra da mulher, funcionária do aeroporto, saindo com a prótese na mão sem nem saber como segurar. Outra passando a mão no meu toco e na yirilha", descreveu no texto. É parte dos procedimentos de

segurança dos aeroportos a revista pessoal aleatória. Segundo a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), a medida é obrigatória em todo o país, em alinhamento com normas internacionais. Nessa situação, a pessoa não só é submetida ao detector de metais, como também pode ter a bagagem e o corpo revistados manualmente por agentes sob supervisão da Polícia Federal. Apesar da previsão legal, a advogada especialista em Direitos de Pessoas com Deficiência Vanessa Ziotti, avalia que vários relatos ultrapassam os limites do trabalho de segurança. "Passa do limite do bom senso. É a mesma coisa que pedir para

que a pessoa que usa um aparelho de implante coclear auditivo o retire. Pedir para a pessoa que é cadeirante levantar da cadeira. Você retirar da pessoa com deficiência o suporte que ela tem para estar inserida, que é uma prótese, a cadeira de rodas, etc, é você retirar a acessibilidade", completa. Para a advogada, é fundamental que as equipes que trabalham com o público sejam preparadas para conduzir os procedimentos adequadamente. "Treinamento dos profissionais e letramento anticapacitista, conhecimento da legislação, para poder respeitar o mínimo, pensando sempre que a gente não pode

contar com o bom senso de todo mundo, então, que a gente possa contar com que a pessoa tenha recebido um treinamento adequado", defende. A advogada também esclarece que o aeroporto deve estar apto para receber qualquer tipo de corpo. "Pode passar um cadeirante, pode passar uma pessoa com prótese, pode passar um autista, pode passar uma pessoa surdocega, independente de qual seja a deficiência", detalha a especialista, que também é autista. Em casos de violação de direitos, a primeira orientação da advogada é tentar produzir registros do que está acontecendo.

"Gravar, usar o celular. Você não pode ser impedida de gravar as interações das quais você faz parte", recomenda. Em seguida, deve-se, segundo Vanessa, procurar as autoridades. "Procure a delegacia que tem disponível, tem a Polícia Civil dentro dos aeroportos para fazer o boletim de ocorrência e procurar um advogado ou defensoria pública para ingresso das medidas judiciais cabíveis de reparação de danos morais, reparação de danos materiais", explica a especialista, alertando que a retirada ou manuseio incorreto de uma prótese pode provocar avarias. (Agência Brasil)

**O JORNAL CERTIFICA AS PUBLICAÇÕES LEGAIS COM INTEGRALIDADE E TRANSPARÊNCIA, CUMPRINDO AS NORMAS JURÍDICAS. AFINAL, O JORNAL É LEGAL.**

**cen** Associação Nacional de Jornais  
**abral legal** Associação Brasileira das Empresas e Profissionais Especializados em Publicidade Legal  
**adJORIBR** JORNAL DO INTERIOR

# Economia solidária é ferramenta na inclusão da população de rua

A lei que cria a Política Nacional de Trabalho Digno e Cidadania para a População em Situação de Rua (PNTC PopRua), sancionada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva na terça-feira (16), tem a economia solidária como um dos três eixos estratégicos que estruturam as ações para renda, qualificação profissional e elevação da escolaridade dessas pessoas em vulnerabilidade social. A estratégia faz parte do Plano Ruas Visíveis, anunciado em dezembro de 2023, pelo governo federal.

Baseada no princípio de cooperativismo, gestão democrática

e distribuição igualitária, a economia solidária surge como uma ferramenta para as ações do governo, a ser incentivada por meio de um maior acesso ao microcrédito. E junto com a qualificação profissional e a elevação da escolaridade, estrutura o programa de incentivo a geração de emprego para pessoas em situação de rua.

Também são previstos mecanismos para a criação de incentivos à contratação dessa população, tudo com investimentos previstos de R\$ 1,2 milhão, por parte da União, do total de R\$ 575,7 milhões previstos para o Plano

Ruas Visíveis.

A adesão de estados, Distrito Federal e municípios é apontada, ainda, como o caminho a ser alcançado para a estruturação de uma rede que estabeleça a política pública em todo o país, por meio dos centros de Apoio ao Trabalhador em Situação de Rua (CatRua), onde deverão ser articuladas as iniciativas de economia solidária, qualificação profissional e qualquer ação que gere empregabilidade.

Os espaços também serão responsáveis por cadastrar e orientar a população de rua desempregada, promover o encaminhamento

ao Sistema Nacional de Emprego (Sine), facilitar a emissão de documentos pessoais, além de dar acesso à qualificação profissional, por meio de políticas como o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec).

## Bolsas

Associadas às atividades de qualificação, capacitação, formação profissional e de elevação da escolaridade, também serão criadas Bolsas de Qualificação para o Trabalho e Ensino da População em Situação de Rua (Bolsas QualisRua) para garantir a perma-

nência dessa população nos ambientes de aprendizado.

Todos os entes federados que aderirem à política pública também deverão promover a inclusão produtiva por meio da aquisição de produtos e serviços ofertados por iniciativas de economia solidária da população em situação de rua, além de facilitarem os acessos aos instrumentos de fomento, linhas de microcrédito, meios de produção e mercados.

## Perfil

Em julho de 2023, o Ministério dos Direitos Humanos e da

Cidadania realizou um perfil das pessoas em situação de rua a partir de dados do Cadastro Único (CadÚnico) e do Censo Demográfico 2022 do IBGE. A pesquisa evidenciou a necessidade de ações que gerem acesso amplo, seguro e simplificado ao trabalho e à renda para essa população.

Das 221.113 pessoas registradas, que se declaram em situação de rua, 38% apontaram o desemprego como a principal causa por estarem nessas condições, embora 68% tenham declarado já ter trabalhado com carteira assinada. (Agência Brasil)

# Moraes autorizou busca contra deputado Carlos Jordy a pedido da PGR

O mandado de busca e apreensão executado na quinta-feira (18) em endereços ligados ao deputado Carlos Jordy (PL-RJ) foi solicitado pela Polícia Federal (PF) e recebeu anuência da Procuradoria-Geral da República (PGR), antes de ser autorizado pelo ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF).

A PF deflagrou na quinta-feira a 24ª fase da Operação Lesa Pátria, focada na identificação de mentores intelectuais e responsáveis por planejar, financiar e incitar os atos antidemocráticos que culminaram na tentativa frustrada de golpe de Estado no dia 8 de janeiro de 2023.

Segundo a PF, os fatos investigados constituem, em tese, crimes de abolição violenta do Estado democrático de direito, gol-

pe de Estado, associação criminosa e incitação ao crime.

Pela manhã, o deputado Carlos Jordy se direcionou à sede da PF em Brasília, onde presta depoimento.

Também foram cumpridos na quinta outros nove mandados de busca e apreensão, tendo como alvo pessoas envolvidas no planejamento e execução de atos antidemocráticos, de acordo com as investigações da PF.

Entre os alvos da operação está Carlos Victor de Carvalho, suplente de vereador da assembleia de Campos dos Goytacazes (RJ) e apontado como liderança de extrema direita na cidade fluminense, responsável por administrar, por exemplo, 15 grupos de extremistas em rede social. Segundo as investigações, Carvalho pediu orientações a Jordy

sobre o bloqueio de estradas em novembro de 2022, logo após a derrota de Jair Bolsonaro na eleição presidencial.

Nesta quinta-feira, policiais estiveram na residência e no gabinete de Jordy na Câmara dos Deputados. Na decisão em que autorizou a medida, Moraes escreveu haver "a presença de indícios de que o parlamentar seria a pessoa que efetivamente orientava as ações em tese organizadas por Carlos Victor, não se tratando portanto apenas de uma relação de afinidade entre ambos".

O ministro Alexandre de Moraes, que é relator dos inquéritos sobre o 8 de janeiro que tramitam no Supremo, frisou mensagens obtidas pela PF em que Carvalho chama Jordy de "meu líder" e aparenta pedir orientações sobre

"parar tudo", referindo-se ao bloqueio de estradas.

Além da apreensão de documentos e objetos, Moraes autorizou o acesso da PF a aparelhos eletrônicos do parlamentar, bem como a apreensão de armas e munições porventura encontrados nos endereços de Jordy.

## PGR

No pedido de busca contra o deputado, o subprocurador-geral da República Carlos Frederico Santos, responsável na PGR pelas apurações sobre o 8 de janeiro, escreveu que há indício de que Carlos Victor de Carvalho tenha "fortes ligações" com Carlos Jordy.

Para a PGR, tal ligação "transpassa vínculo político, denotando-se que o parlamentar, além de orientar grupo expressivo de pes-

soas, tinha o poder de ordenar as movimentações antidemocráticas, seja pelas redes sociais ou agitando a militância da região de Campos dos Goytacazes".

A PGR frisou ainda que a PF identificou contato de Jordy com Carvalho quando este era alvo de mandado de prisão temporária e encontrava-se foragido, em 17 de janeiro de 2023. Segundo as investigações, o parlamentar sabia que o aliado fugia da polícia. Tal atitude pode configurar, em tese, o crime de prevaricação.

## Outro lado

Ao chegar à sede da PF, na quinta, o deputado Carlos Jordy negou haver mensagens que o incriminam em relação ao 8 de janeiro. "Não tem nada que possa me incriminar em relação ao 8 de janeiro. Vocês nunca vão encon-

trar nenhuma mensagem", disse ele a jornalistas.

Em vídeo publicado mais cedo em suas redes sociais, Jordy disse que a busca contra ele é "medida autoritária e sem fundamento, que visa a perseguir, intimidar e criar narrativa às vésperas de eleição municipal".

"É inacreditável. Esse mandado de busca e apreensão que foi determinado pelo ministro Alexandre de Moraes é a verdadeira constatação de que estamos vivendo em uma ditadura. Em momento algum do 8 de janeiro eu citei ou falei para as pessoas que aquilo era correto. Nunca apoiei nenhum tipo de ato, embora as pessoas tivessem todo o direito de fazer suas manifestações contra o governo eleito", declarou. (Agência Brasil)

# ProUni-2024 aumenta vagas para os cursos de Direito e Medicina

O primeiro edital de 2024 do Programa Universidade para Todos (ProUni) aumentou o número de vagas para os cursos de graduação em Direito e Medicina.

O edital geral do processo seletivo, referente ao primeiro semestre deste ano, foi publicado na quarta-feira (17). O programa federal concede bolsas a estudantes de baixa renda em instituições privadas de ensino superior.

O aumento de vagas nesses dois cursos foi autorizado em dezembro passado, com o objetivo de acomodar mais bolsistas do ProUni nas vagas dos dois cursos de graduação em todo o país. O período de inscrição para o

programa vai de 29 de janeiro a 1º de fevereiro, pelo Portal Único de Acesso ao Ensino Superior. A divulgação do resultado ocorrerá em duas chamadas, sendo a primeira no dia 6 de fevereiro e a segunda no dia 27 do mesmo mês.

De acordo com o Ministério da Educação (MEC), a consulta às informações detalhadas da oferta de bolsas, por curso, turno, instituição e local de oferta, está prevista para ser publicada na página do ProUni nesta sexta-feira (19).

A bolsa de estudo integral será concedida a brasileiros que ainda não têm diploma de curso

superior. Para participar do processo seletivo, é necessário que o candidato à bolsa: /

- tenha participado do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), na edição de 2022 ou de 2023; /

- tenha obtido nota igual ou superior a 450 pontos na média das cinco provas do Enem; /

- tenha tirado nota acima de zero na prova de redação do Enem; /

- não tenha participado do referido exame na condição de treineiro (candidato que não concluiu o ensino médio e participa do exame para fins de autoavaliação). // Além desses critérios, o can-

didato a bolsista precisa atender a pelo menos uma das seguintes condições: /

- ser pessoa com deficiência; / - ser professor da rede pública de ensino, exclusivamente para os cursos de licenciatura e pedagogia, destinados à formação do magistério da educação básica (educação infantil, ensino fundamental e médio), conforme Decreto nº 5.493/2005; / - ter cursado o ensino médio integralmente em escola da rede pública; ou ter estudado o ensino médio integralmente em instituição privada na condição de bolsista integral da respectiva instituição, entre outras condi-

ções de estudo.

A inscrição no processo seletivo do ProUni é condicionada/também ao cumprimento do critério de renda do estudante. Para o cálculo, é considerada a renda bruta mensal de todos os membros da família do candidato à bolsa estudantil.

Para ter o benefício no valor de 100% da mensalidade da faculdade privada é preciso ter renda familiar mensal de até 1,5 salário mínimo por pessoa. Para bolsa parcial, de 50% do programa, a renda mensal não pode ultrapassar três salários mínimos por pessoa da família. Os requisitos de renda foram estabelecidos/na/

Lei nº 11.096/2005.

Caso o estudante seja selecionado, a comprovação de renda deve ser feita no momento da inscrição e, também, na matrícula na instituição privada de ensino superior, com contracheques, declaração de Imposto de Renda ou extratos bancários.

Para comprovar a renda familiar, é necessário apresentar documentação como contracheque, declaração do imposto de renda ou extrato bancário.

O candidato professor da rede pública de ensino não precisa se submeter à regra da renda familiar do ProUni. (Agência Brasil)

## Plano de saúde não pode recusar cliente por estar endividado

Os planos de saúde não podem negar a assinatura de contrato com cliente sob a justificativa de que o mesmo possui o nome negativado em serviços de proteção de crédito e cadastro de inadimplentes, por débito anterior ao pedido de contratação, decidiu o Superior Tribunal de Justiça (STJ).

O tema foi julgado no fim do ano passado pela Terceira Turma do STJ, que por maioria de votos obrigou a Unimed dos Vales de Taquari e Rio Pardo, no Rio Grande do Sul, a firmar contrato com uma cliente.

Prevaleceu ao final o entendimento do ministro Moura Ribeiro, para quem negar o direito à contratação de serviços essenciais, como a prestação de assistência à saúde, por motivo de negativação de nome constitui afronta à dignidade da pessoa e é incompatível princípios do Código de Defesa do Consumidor (CDC).

O ministro frisou que o Código Civil prevê que a liberdade de contratação está limitada pela função social do contrato, algo maior do que a mera von-

tade das partes. Em seu voto, ele escreveu ainda que não se sabe o motivo pelo qual a cliente teve o nome negativado e que não é justa causa para a recusa de contratação "o simples temor, ou presunção indigesta, de futura e incerta inadimplência".

"O fato de o consumidor registrar negativação passada não significa que vá também deixar de pagar aquisições futuras", afirmou Ribeiro. Ele acrescentou que "a contratação de serviços essenciais não mais pode ser vista pelo prisma individualista ou de utilidade do contratante, mas pelo sentido ou função social que tem na comunidade".

Ficou vencida no caso a relatora do tema, ministra Nancy Andrighi. Para ela, as regras que regem a contratação de planos de saúde não preveem "obrigação de a operadora contratar com quem apresenta restrição de crédito, a evidenciar possível incapacidade financeira para arcar com a contraprestação devida". (Agência Brasil)

## Copart consolida crescimento de 147% nas vendas em sua plataforma

A Copart, referência global na organização de leilões extrajudiciais de veículos, divulgou a lista dos 10 carros mais vendidos de 2023 na plataforma. Dos 10 modelos mais populares entre os clientes, quatro são da marca FIAT. A Copart fechou o ano com um crescimento de 11% nas vendas de automóveis por meio de seus leilões, em comparação com 2022. Este aumento está alinhado ao desempenho positivo do mercado automotivo brasileiro.

De acordo com a Fenabreve (Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores), mercado brasileiro emplacou 2.179.363 automóveis e comerciais leves entre janeiro e dezembro de 2023, representando um aumento de 11,3% sobre o ano anterior, que fechou com 1.957.699 unidades.

"O crescimento nas vendas de automóveis por meio de nossos leilões é um reflexo do nosso comprometimento em proporcionar aos nossos clientes experiências de compra e venda cada vez mais eficientes. A Copart tem investido continuamente em infraes-

trutura e suporte, acompanhando o aumento das vendas ao longo dos anos, para garantir que nossa plataforma seja a escolha preferida dos vendedores e compradores", destaca Adiel Avelar, presidente da Copart.

Desde o início de suas operações no Brasil, em 2012, a Copart registrou um notável crescimento consolidado de 147% nas vendas por meio de sua plataforma. Esse sucesso é resultado de um compromisso constante com indicadores-chave que orientam as melhorias contínuas na prestação de serviços.

A empresa tem enfatizado seu compromisso com a agenda ESG (Ambiental, Social e Governança), característica inerente à natureza do negócio. Os índices de NPS (Net Promoter Score) têm norteado a construção da sólida reputação da Copart no Brasil, bem como sua atuação junto aos clientes na plataforma Reclame Aqui, a robusta capacidade de investimento, confiança no mercado brasileiro, expansão territorial, SLA's eficientes, entre outros fatores.

## Forças Armadas levarão 15 mil cestas de alimentos aos Yanomami

As Forças Armadas foram autorizadas pelo Ministério da Defesa a prestar apoio logístico na Terra Indígena Yanomami durante a entrega de 15 mil cestas de alimentos, que deverá ocorrer até 31 de março de 2024. As diretrizes para a Operação Catrimani foram publicadas na quinta-feira (18), no Diário Oficial da União.

Para esse período, foi ativado um comando operacional conjunto e determinadas as atribuições de cada um dos integrantes da operação. Além da atuação da Marinha, Aeronáutica e do Exército, as diretrizes definem ações que deverão ser mantidas pelo chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas, ao secretário-geral e ao consultor jurídico do Ministério da Defesa.

As determinações definem desde a disponibilização de recursos operacionais e logísticos, passando pela comunicação dos custos das ações realizadas, até o acompanhamento jurídico em apoio à operação.

A atividade faz parte das medidas de assistência emergencial, que tiveram início em janeiro de 2023, com a crise humanitária

identificada no início do atual governo. Paralelamente a esse trabalho, o governo federal anunciou, no último dia 9, investimento de R\$1,2 bilhão em medidas estruturantes no território indígena.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva reconheceu que os esforços empregados no último ano foram insuficientes para reverter a situação de crise entre os Yanomami, e afirmou que será necessário mais empenho para enfrentar os crimes na Amazônia.

"Vamos ter que fazer um esforço ainda maior, utilizar todo o poder que a máquina pública pode ter. Porque não é possível que a gente possa perder uma guerra para o garimpo ilegal, para madeireiro ilegal, para pessoas que estão fazendo coisa contra o que a lei determina".

Na ocasião foram anunciadas medidas como a Casa de Governo, que manterá a presença permanente de autoridades para acompanhamento das políticas públicas na região. Também foi anunciada a construção de mais uma Casas de Saúde Indígena (CASAI) e a continuidade das ações de assistência, por meio de novo contrato. (Agência Brasil)